



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GERLIENNE MARIA FARIAS DOS SANTOS

**O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E A ABORDAGEM DA
JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM ESTUDO COMPARATIVO**

**JOÃO PESSOA
2016**

GERLIENNE MARIA FARIAS DOS SANTOS

**O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E A ABORDAGEM DA
JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM ESTUDO COMPARATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento à exigência para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann.

**JOÃO PESSOA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237p Santos, Gerlienne Maria Farias dos
O processo de pacificação em Moçambique e a abordagem da
justiça restaurativa: um estudo comparativo [manuscrito] /
Gerlienne Maria Farias dos Santos. - 2016.
66 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em RELAÇÕES
INTERNACIONAIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro
de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann,
Departamento de Relações Internacionais".

1. Pacificação. 2. Justiça restaurativa. 3. Moçambique. 4.
Construção da paz. I. Título.

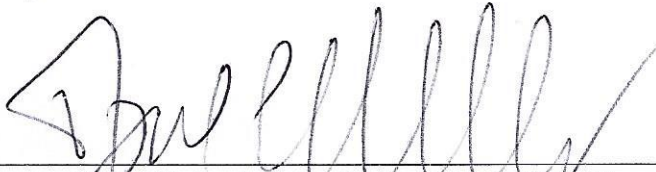
21. ed. CDD 303.66

GERLIENNE MARIA FARIAS DOS SANTOS


O processo de pacificação em Moçambique e a abordagem da Justiça Restaurativa: um estudo comparativo.

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

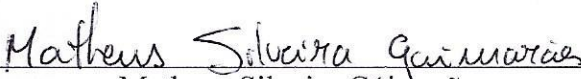
Aprovado(a) em 20 / junho / 2016 .



Paulo Roberto Loyolla-Kuhlmann /UEPB
Orientador(a)



Silvia Garcia Nogueira /UEPB
Examinador(a)



Matheus Silveira Guimarães
Examinador(a)

À minha família, meu pai, minha mãe, meus avós, e as minhas irmãs e sobrinho pela dedicação, apoio, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente.

À minha querida família, meu porto seguro, que em todos os momentos da minha vida estiveram presente me compreendendo e apoiando na minha caminhada. Ao meu pai Genivaldo e minha mãe Sueli por todo o ensinamento, por me criarem com todo amor que cabe neles, me ajudando a viver esta vida com sabedoria e ver sempre aos outros com bondade e amor. Aos meus avós, Berenice e Francisco, por todo amor e aprendizado recebido, e aos meus avós Antônia e João Sebastião (*In Memoriam*), que não tive a oportunidade de conhecer, mas tenho certeza que estão olhando por mim. As minhas amadas irmãs Genielli e Gessica, pelos momentos de alegria, as risadas, compreensão e amizade. Ao meu sobrinho Pedro Lucas, que amo muito, pelos momentos de alegrias. A todos os meus familiares, A minha prima Yasmin pelos momentos de descontração com piadas sobre nossos desesperos. Ao meu cunhado João Bosco por sempre me ajudar quando preciso.

A todos os professores que fizeram parte dessa parte na vida, por todos os ensinamentos que levarei por toda vida os aprendizados recebidos. Ao meu eterno professor e querido amigo Paulo Kuhlmann, vulgo Mancada Obom, pela paciência e compreensão, me ajudando a superar desafios e por ter aceitado ser meu orientador.

A professora Silvia Nogueira, que tenho um carinho imenso e carrego preciosos ensinamentos, e a ter aceitado participar da minha banca avaliadora. Ao prof. Matheus Guimarães, por ter aceitado fazer parte da minha banca avaliadora, muito obrigada.

Aos meus amigos, que tenho a sorte de ter os melhores. As minhas queridas amigas, das que me suportam desde a escola, Orianna, Mayara, e Stefani; das super powerblack Mayanne, Suerda e Kalyandra; minhas companheiras de aulas Suellen, Clemida e Joana, pelo companheirismo, apoio, amizade e as alegrias. E a família Puanx, Suerda, Kalyandra, Mayanne, Raabe, Luan, Edith, Pedro, Sabrina, Luís, Jefferson, Victor, Jhenny, Maura, Arthur, Catarina, Alan e todos os loucos que compõem ou passaram por essa grande família, pelos momentos de felicidade, aprendizado, amizade. A Sônia minha querida amiga pelos conselhos e o apoio. E a todos meus colegas de classe, por todos os momentos de alegria e apoio.

Aos funcionários da UEPB-campus V, em especial a coordenadoria de Relações Internacionais, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Muito obrigada a todos.

RESUMO

O conflito armado de Moçambique cessou em 1992 com a assinatura do Acordo Geral para Paz pelas partes envolvidas no conflito – FRELIMO e RENAMO, dando início ao processo de Pacificação de Moçambique. Considerado como um processo de construção de paz bem sucedido, ele será utilizado como caso a ser comparado com a Justiça Restaurativa. A Justiça Restaurativa é um conjunto de práticas restaurativas que visam restaurar o ambiente que sofreu com alguma violência, seus objetivos primários são reparar os danos sofridos pela(s) vítima(s), assim como sua reintegração e a do ofensor a sociedade. É uma abordagem flexível e seus valores são pautados em respeito, equidade, voluntariedade, dentre outros, tendo origem nas práticas tribais oriundas da Nova Zelândia. Nesta pesquisa procura-se comparar a Justiça Restaurativa ao processo de pacificação de Moçambique com a finalidade de identificar suas semelhanças e diferenças. E dessa forma propor uma reflexão mais ampla acerca da Justiça Restaurativa dentro de um processo reconciliatório e de construção de paz. A metodologia empregada é a pesquisa qualitativa, através dela pudemos conhecer os principais conceitos trazidos nesta pesquisa, bem como a análise de estudo de caso da reconciliação em Moçambique, para o entendimento do processo restaurativo nas diferentes realidades. Sendo assim, este trabalho visa obter resultados satisfatórios à medida que evidenciamos semelhanças e diferenças entre o processo de pacificação em Moçambique e a Justiça Restaurativa. E assim constata-se que o processo de pacificação de Moçambique pode contribuir para pensar a Justiça Restaurativa dentro de um processo de construção de paz no pós-conflito.

Palavras-Chave: Pacificação; Justiça Restaurativa; Moçambique; Construção da Paz.

RÉSUMÉ

Le conflit armé de Mozambique a cessé en 1992 avec la signature de l' Acordo Geral para Paz pour les parties en conflit – FRELIMO et RENAMO, en provoquant le début du processus de pacification de Mozambique. Considéré comme un processus de construction de la paix de succès, il sera utilisé comme objet de comparaison à la Justice Restauratrice. La Justice Restauratrice est un ensemble de pratiques restauratrices qui vise restaurer l'environnement qui a subi une certaine violence, ses principaux objectifs sont de réparer les dommages subis par le (s) victime (s), ainsi que leur réintégration et a du délinquant à la société. Il est une approche flexible et leurs valeurs sont guidées par le respect, l'équité, le volontariat, entre autres, originaires des pratiques tribales provenant directement de la Nouvelle-Zélande.. Cette recherche vise à comparer la Justice Restauratrice au processus de pacification de Mozambique, afin d'identifier leurs ressemblances et différences. Et ainsi proposer une réflexion plus large à propos de la justice restauratrice dans un processus de réconciliation et de construction de la paix. La méthodologie employé dans cet étude est la recherche qualitative, à travers d'elle, nous connaissons les principaux concepts introduits par la recherche, ainsi comme elle a permis l'analyse de étude de cas de la réconciliation au Mozambique, pour comprendre le processus de réparation dans des réalités différentes. De cette façon, cet étude vise obtenir des résultats satisfaisants car il mis en évidence les ressemblances et les différences entre le processus de paix de Mozambique et la justice restauratrice. Et ainsi nous constatons que le processus de pacification de Mozambique peut aider à penser la justice restauratrice dans un processus de construction de la paix après un conflit .

Mots-clés :Pacification ; Justice Restauratrice; Mozambique ; Construction de la Paix.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DEBATE TEÓRICO	13
1.1. Por Uma Cultura De Paz.....	13
1.2. Localidade.....	22
1.3. Reconciliação.....	27
2. ANÁLISE DE CASO: MOÇAMBIQUE	34
2.1. Histórico Do Conflito E Sua Resolução Pelo Acordo Geral De Paz	34
2.1.1 Moçambique: Conjuntura E Adversidades Atuais.....	38
2.2. O Processo De Pacificação Social.....	40
3. O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E A ABORDAGEM DA JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM ESTUDO COMPARATIVO	50
3.1. Justiça Restaurativa.....	50
3.2. Uma Comparação: Entre O Processo De Pacificação Social Em Moçambique e a Abordagem Da Justiça Restaurativa.....	55
3.3. Reflexões e Sugestões	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Em 1992, houve a assinatura do Acordo Geral para Paz (AGP) ou Acordo de Roma, que cessou com um dos conflitos mais violentos do continente africano. O conflito que gerou a guerra civil de Moçambique, em 1977, foi nutrido por ideais opostos defendidos pelas maiores frentes de Moçambique, que atualmente são os dois mais relevantes partidos políticos do país, a FRELIMO e a RENAMO. A FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique, foi formada em 1962 e foi o principal movimento anticolonial de Moçambique, que obteve sua independência em 1975, a FRELIMO desde em então esteve à frente da governança do país, esta seguia a linha Marxista-leninista. Moçambique que depois de uma luta pela independência teve que enfrentar um novo conflito armado em menos de dois anos, a frente RENAMO, Resistência Nacional de Moçambique, um movimento formado inicialmente na Rodésia do Sul, travou um conflito armado contra o governo da FRELIMO, iniciando se então a guerra civil de Moçambique. Depois de uma guerra de quase 16 anos ela acabou em 1992 com assinatura do acordo, dando início ao processo de pacificação de Moçambique. Este processo de pacificação teve o envolvimento da comunidade internacional, nacional e local, e é identificado como um processo de construção de paz de sucesso.

As práticas que levaram a construção da paz em Moçambique serão analisadas nesta pesquisa, bem como a abordagem da Justiça Restaurativa, para posteriormente tentarmos relacioná-las. A Justiça Restaurativa (JR) é uma abordagem que reuni procedimentos oriundos de práticas tribais da Nova Zelândia. Ela pode ser utilizada a nível local ou nacional, sendo uma abordagem bastante adaptativa, possuindo valores que vão de encontro com os propostos pela Cultura de paz. Possui uma perspectiva restauradora sobre os conflitos, visando a reparação dos danos sofridos pela vítima(s) e a reintegração do ofensor a sociedade. Apesar das mudanças que pode sofrer para adaptação aos diversos cenários, sendo uma abordagem bastante flexível, têm forte caráter local com grande utilização das suas práticas para trabalhar com violência entre indivíduos em comunidades locais. Porém seus princípios podem ser utilizados como base para outros processos de caráter restaurativo, como as Comissões da Verdade e Reconciliação, e devido a sua conceituação podem abranger outros modelos de práticas restaurativas.

Partindo disso, nosso trabalho tem por finalidade fazer um estudo comparativo entre a abordagem da Justiça Restaurativa e o processo de pacificação social pós-conflito em Moçambique trazendo suas semelhanças e diferenças. Utiliza-se e desenvolvem-se outros

conceitos que consideramos pertinentes para este estudo, como a Cultura de Paz, Localidade e a estratégia do Peacebuilding from Below e a Reconciliação, conceitos que envolvem uma perspectiva de construção da paz a partir de baixo.

Dos objetivos da pesquisa temos por objetivo geral analisar e comparar o processo de pacificação que ocorreu em Moçambique com os princípios, valores e procedimentos da Justiça Restaurativa, sob a ótica de conceitos e teorias dos Estudos de Paz. Dos objetivos específicos temos: 1) Compreender os principais conceitos relevantes para a nossa pesquisa, destes entender o modelo de Justiça Restaurativa como instrumento de resolução de conflitos, dentro da lógica dos Estudos de Paz; 2) analisar o processo de pacificação ocorrido em Moçambique e comparar e relacionar este processo a JR; 3) e acentuar as diferenças nas práticas reconciliatórias moçambicanas e verificar a possibilidade de replicação, tal qual tem sido a contribuição da Justiça Restaurativa.

O questionamento que embasa nosso trabalho é: quão o processo de pacificação que ocorreu em Moçambique, a partir da assinatura do Acordo de Paz (Acordo de Roma, 1992) se assemelha ou difere da Justiça Restaurativa?

A hipótese levantada aqui acredita que o processo de pacificação social de Moçambique pode contribuir e somar práticas diferenciadas a abordagem da Justiça Restaurativa, a fim de pensá-la mais amplamente dentro de um processo de construção de paz, abrangendo também a temática da Reconciliação, pois apesar de não ser um dos objetivos da JR esta acontece quase que sempre como consequência do processo, com exceções, sendo assim a comparação entre estes processos ajudará a pensar a JR mais amplamente relacionando-a e adicionando outras possibilidades de práticas.

A justificativa para esta pesquisa traz o fato da abordagem restaurativa como instrumento de resolução de conflito e técnica para trabalhar conflitos de maneira pacífica, vem recebendo destaque, em nível local e internacional. Podemos encontrar uma forte utilização das práticas restaurativas em escolas, ONGs (Terre des Hommes -CE), projetos sociais, sistema judicial (Nova Zelândia), comissões da verdade e reconciliação (CVR pós apartheid), dentre outros, como meio para se diminuir a violência. Os resultados positivos advindos da sua utilização podem ser vistos em diversos exemplos, em diversas áreas.

Por acreditar que a Justiça Restaurativa pode ter melhor desempenho, além de mais humanizado, observando práticas reais de reconciliação, o que acresceria ao âmbito da Justiça Restaurativa e das práticas restaurativas. A relação que faremos nessa pesquisa revela a relevância de serem pensadas novas abordagens para a Resolução de Conflitos de forma mais contextualizada, humanizada e pacífica. O caso analisado (Moçambique 1992), nos mostra a

preponderância de se pensar para além dos centros de poder eurocêntricos ou estadunidenses. Com isso, propomos por meio dessa pesquisa aprofundar a contribuição da JR, seus princípios e valores bem como seus procedimentos, para os estudos acadêmicos, mas principalmente flexibilizando-a e aprendendo novas dinâmicas em práticas diferenciadas.

Para a realização deste trabalho fizemos um levantamento teórico/revisão bibliográfica – artigos, livros, sites, reportagens e etc.- relacionado ao tema proposto. Pudemos, através de uma pesquisa qualitativa, observar os argumentos, valores e procedimentos que embasam a abordagem da Justiça Restaurativa, bem como sua importância nos estudos de paz. Analisaremos também o processo de pacificação social de Moçambique, elemento de suma importância para a realização estudo. Alguns conceitos e teorias chaves encaminham nossa pesquisa, assim como alguns autores serão indispensáveis. Analisamos estudos de casos para o entendimento do processo nas diversas realidades. Com base neste apanhado teórico promoveremos um estudo comparativo entre a JR e o caso de pacificação de Moçambique, por meio de documentos e entrevistas, bem como de artigos acadêmicos que possam ter sido escritos sobre esse assunto. Utilizaremos para isso da literatura de teóricos dos Estudos de Paz, como Johan Galtung, Paul Lederach, Howard Zehr dentre outros.

Este trabalho divide-se em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo traz o desenvolvimento dos principais conceitos utilizados nesta pesquisa, ele divide-se em Cultura de Paz, Localidade/Peacebuilding from Below e Reconciliação. O segundo capítulo traz a análise do conflito e o processo de pacificação em Moçambique. No terceiro capítulo temos uma análise da abordagem da Justiça Restaurativa, a comparação entre os processos, e por último, reflexões e sugestões acerca da comparação.

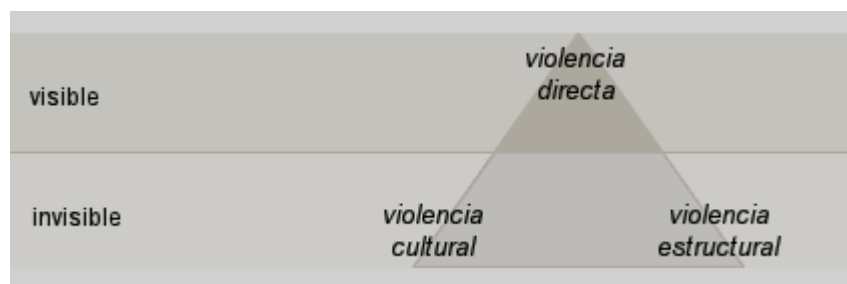
1. DEBATE TEÓRICO

No primeiro capítulo tem-se a explanação sobre alguns conceitos que consideramos importantes para o trabalho. No tópico inicial traz-se a cultura de paz, tentamos trazer um apanhado teórico que sustenta a busca e promoção de uma cultura de paz. Na sequência temos a localidade, na qual levanta a importância do local nos processos de construção de paz, trazemos também a estratégia do *Peacebuilding from Below*, conceito que vem em consonância com as políticas de baixo para cima nestes processos. Por último temos a temática da reconciliação, essa vem como abordagem para os conflitos armados contemporâneos.

1.1 Por Uma Cultura De Paz

O ano de 2000 foi declarado pela UNESCO como o Ano da promoção da Cultura de Paz. A Cultura de Paz é um ideal que vem em contraposição a cultura de guerra/violência, essa dá uma atenção especial em tratar o conflito de forma não violenta, atentando para os instrumentos que promovam a paz. Para entendermos a lógica da Cultura de Paz, vamos analisar alguns aspectos que, como mostra Galtung, perpetuam a cultura de violência. Segundo Galtung (2004) a violência é um conceito amplo, ele nos propõe a pensá-la em três dimensões, através de um esquema denominado de triângulo da violência.

Figura 1- Triângulo da violência de Galtung



Fonte: Galtung (2003). Apud. Canón & Polylog (2004)

De acordo com o triângulo da violência criado por Galtung, a lógica na qual a violência é gerada e perdura nas sociedades atinge três dimensões: a violência direta, a violência estrutural e a violência cultural, com resultantes visíveis e invisíveis, materiais e imateriais. A violência direta pode ser física ou verbal, fica no campo visível e material, ela se mostra através das ações/atos violentos, “é possível se notar a violência física no momento que ela ocorre, pois é pontual e afeta o corpo” (AMARAL, p.105); a violência estrutural é

àquela que está nas estruturas sociais, e reforçam aspectos que permeiam a desigualdade, injustiça, discriminação “se centra no conjunto de estruturas que não permitem as satisfações das necessidades” (AMARAL, p. 106); a violência cultural está diretamente associada as características culturais, normas, comportamentos e preceitos de uma sociedade que legitima “ataques” diante do considerado “errado”, essas duas últimas formas são consideradas as raízes da violência direta. Para Galtung, a violência direta é a soma da violência estrutural e da violência cultural.

Essa estrutura de violência se reforça através da sua dinâmica cíclica, pois a violência direta é legitimada pela violência cultural, que resulta de uma violência estrutural que não oferece recursos para suprir suas necessidades, ao mesmo tempo em que a violência direta reforça e cria novas estruturas e aspectos culturais de violência. Para a transcendência dessa dinâmica retroalimentadora, ou seja, a transformação de um ciclo vicioso em um ciclo virtuoso, Galtung sugere o reconhecimento e tratamento de três problemas (a resolução de todos é indispensável), sendo 1) a resolução das raízes do conflito, 2) reconstrução do meio em que houve a violência, tratando todos os danos causados, e a 3) reconciliação dos envolvidos no conflito, com uma ação conjunta que procure solucionar estes problemas, revertendo o ciclo vicioso para virtuoso (GALTUNG, 2004).

O pensamento de Galtung sobre a Cultura de Violência amplia nossa visão do que é Paz e serve como uma resposta inicial para a pergunta: por onde começaremos? Iniciar um processo que transforme uma cultura de violência em uma cultura de paz é necessário que se estabeleça uma paz duradoura e positiva. Assim pontuaremos as investidas, consolidadas e em andamento, para a promoção de uma Cultura de Paz

violencia cultural y estructural causan violencia directa, y emplean como instrumentos actores violentos que se rebelan contra las estructuras y esgrimen la cultura para legitimar su uso de la violencia. Obviamente, la paz también debe construirse desde la cultura y la estructura, y no sólo en la »mente humana« (Galtung, 2004, p. 3).¹

Para Galtung a “condição para a paz é o respeito mútuo, dignidade, igualdade, reciprocidade – tudo isso nas três áreas: espírito, mente e corpo; cultura, política e economia” (Galtung, 2003). Essas condições também podem ser percebidas na declaração da ONU para promoção da cultura de paz.

De acordo com Diskin e Noleto (2010) e a resolução de 1999 (53/243) ²

¹ *Violência cultural e estrutural* causam violência direta, e usados como instrumentos atores violentos que se revoltam contra as estruturas e usam a cultura para legitimar o uso da violência. Obviamente, a paz deve também ser construída a partir da cultura e estrutura, e não apenas na »mente humana« (Galtung, 2004, p. 3, tradução nossa)

² <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>

em 20 de novembro de 1997, as Nações Unidas proclamaram o ano 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz [...], e em 10 de novembro de 1998, por meio de nova resolução, as Nações Unidas proclamam a década 2001-2010, como a Década Internacional da Promoção Cultura de Paz e Não Violência em benefício das Crianças do Mundo (DISKIN; NOLETO, 2010, p. 11)

A UNESCO, grande referência no tocante à construção e promoção da paz, acredita que a ciência, cultura e educação são as portas de entradas para transformação de uma cultura de guerra em uma cultura de paz (DISKIN; NOLETO, 2010). Para a UNESCO, “a âncora dessa busca é a educação como um direito intimamente relacionado com a conquista da paz” (DISKIN; NOLETO/NOLETO, 2004/2010, p. 13/17), que vem em conformidade com a declaração dos Direitos Humanos que “estabelece que toda pessoa têm direito à educação, que deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade” (NOLETO, 2004, p.18)

De acordo com a ONU cultura de paz são práticas, comportamentos, valores que promovam a constituição de uma cultura de paz, que preze pelo uso da não violência, da resolução pacífica dos conflitos, do valor e respeito à vida, a tolerância, a equidade, os direitos inerentes a todos os seres humanos, aos animais e ao meio ambiente dentre tantos outros. Segundo Diskin e Noleto (2010) os seis princípios do Manifesto 2000³ para a promoção da cultura da paz são: respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; redescobrir a solidariedade (DISKIN; NOLETO, 2010, p. 17). Galtung nos traz uma definição mais sucinta do que compreende por cultura de paz, sendo “uma cultura que promove a paz” (GALTUNG, 2003). Então podemos apontar que a cultura de paz traz uma ideia de compromisso com valores e atitudes que promovam a harmonia entre os seres e seu meio, buscando inserir no cotidiano, a fim que se torne rotineiro (costume), ações que enalteçam o diálogo, reconciliação, cooperação, tolerância, igualdade, liberdade, democracia e tantas outras que semeiem a paz e o respeito entre os seres.

A UNESCO, instituição representante da campanha de promoção da cultura de paz, nos traz a relevância da educação na formação e transformação de mentalidades e personalidades: “substituir a secular cultura de guerra por uma cultura de paz requer um esforço educativo prolongado” (NOLETO, 2004, p.12), e esse esforço deve partir de todos.

Para alcançar a cultura de paz é necessário que exista cooperação em todos os níveis e países e coordenação entre as organizações internacionais com competência e recursos indispensáveis que podem ajudar os indivíduos a ajudarem a si mesmos.

³“O manifesto foi concebido por um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz, reunidos em Paris para a celebração do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse manifesto convidava os cidadãos do mundo a estabelecer um compromisso individual em favor da dignidade humana e da convivência pacífica entre os povos” (DISKIN, 2010, p. 37). O manifesto 2000 está disponível para consulta em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es- Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%Aancia-e-Cultura/manifesto-em-defesa-da-paz-2000.html>

Esse movimento multidimensional requer o apoio ativo e a participação contínua de uma rede sólida de indivíduos e de organizações, governamentais e não governamentais, que atuem em prol da paz (DISKIN; NOLETO, 2010, p. 15).

Através do relatório Dellors estabelecem-se os princípios-pilares para a educação (conhecimento), princípios esses que são indissociáveis, são eles: aprender a conhecer; aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser. (DISKIN; NOLETO, 2010). Também defende a importância, compatível com a abordagem do *Peacebuilding from Below*, de dar atenção ao nível local, “reconhece-se amplamente o papel imprescindível desempenhado por agentes da sociedade civil no nível local” (NOLETO, 2004, p. 48), de que cada sociedade deve articular suas próprias estratégias para uma construção da paz, tendo em vista o respeito ao pluralismo e a diversidade cultural.

Colocando a educação e cultura como os principais meios de propagar a construção da cultura de paz nas sociedades, com base nos quatro princípios-pilares do relatório Dellors e nos conceitos e discussões trazidos pela cultura de paz, citaremos algumas experiências de ações de programas da educação para paz. Um dos projetos que atuou durante 4 anos e veio a se tornar política pública nacional, o programa *Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz*, no Brasil em parceria com a UNESCO, instaurando-se em diversas cidades brasileiras nas quais os responsáveis pela gestão educacional se comprometiam em abrir as escolas públicas durante o final de semana e ofereciam atividades para a comunidade mais vulneráveis, principalmente para os jovens, essa é “uma estratégia que coloca a instituição como escola-função e não apenas escola-endereço” (NOLETO, 2004, p. 9), a fim de trazer para os jovens e suas comunidades alternativas de envolvimento com atividades que abarcam temas de cultura, educação, esporte, arte e outros em um período de possível ociosidade para os jovens. Esse programa,

mais que um ato de abertura dos portões da escola à comunidade, pretende-se a construção de uma cultura de paz, o combate a desigualdades, a iniquidades e à probabilidade de estar exposto a violências de várias ordens, o que implica construir paradigmas além de projetos de extensão escolar. (NOLETO, 2004, p. 12).

O relatório *Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz* (2004) nos traz alguns avanços conquistados para a década de 2001-2010 para a sociedade brasileira. Neste relatório contém pesquisas, mapeamentos, depoimentos dos jovens e suas realidades, sua implantação foi no ano 2000 até 2004 quando se tornou política pública nacional. O programa detectou que o jovem brasileiro era a categoria mais vulnerável da violência. Através de um mapeamento da violência no Brasil e em cada localidade onde se residia a escola, foi identificada que durante os finais de semana a ocorrência de mortes de jovens por violência

era maiores (NOLETO, 2004).

O programa reuniu profissionais remunerados e voluntários, além de parcerias com empresas privadas, universidades e outras organizações, contudo sempre respeitando o princípio de autonomia de cada escola organizar, executar e delimitar com suas próprias formas de trabalho. Dos resultados apresentados no relatório podemos destacar/sintetizar a redução da violência em determinadas esferas, a relação positiva entre comunidade e escola, a captura, valorização e desenvolvimento de habilidades locais, e alternativas de espaço e atividades para lazer e socialização (NOLETO, 2004).

A UNESCO também apoia e é parceira de outras iniciativas externas de promoção da cultura de paz, uma delas é a Justiça Restaurativa,

Enquanto as práticas tradicionais da justiça enfatizam a apuração de culpados e a imposição de punições, legitimando uma espécie de vingança pública, a justiça restaurativa considera os danos, os responsáveis e os prejudicados pela infração. Valoriza a autonomia dos envolvidos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para que todos falem [...] em busca de opções de responsabilização, reconhecimento e reparação das consequências. (NOLETO, 2010, p. 34)

No Brasil “vem sendo posto em prática [...] e representa uma revolução no tratamento do adolescente infrator no Brasil, cujas iniciativas de mediação de conflitos por meio da justiça restaurativa, a UNESCO apoia” (NOLETO, 2010, p.34)⁴.

Outra situação no qual a educação é percebida como essencial na reabilitação de pessoas e relações é em um cenário pós-conflito. A educação em situações pós-conflito ou pós-desastres naturais é considerada um meio para o reestabelecimento das vítimas (AGUILAR; RETAMAL, 1998). Segundo Aguilar e Retamal (1998) o movimento para uma ação educacional rápida que trate de vítimas refugiadas é de grande importância, pois, através da educação pode se tratar traumas psicológicos advindos do conflito, prevenir novos conflitos e promover a restauração e desenvolvimento humano e do país (AGUILAR; RETAMAL, 1998). O guia orientador para a aplicação de uma resposta educacional leva em consideração os dispostos na Declaração dos Direitos Humanos Universais, “na Convenção dos Direitos das Crianças e da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados” das instituições responsáveis e colaboradoras desse trabalho temos a “UNICEF, ACNUR, e UNESCO” (AGUILAR; RETAMAL, 1998, p. 5-6).

UNICEF will collaborate with UNHCR to ensure continuity in approach, content and teacher training between refugee basic education and the basic education system in the country of origin. UNICEF, in its collaboration with national authorities to rehabilitate or develop the basic education system of the country of origin, will collaborate with UNHCR to facilitate access for returnee children to national schools.

⁴ Comentaremos mais sobre a justiça restaurativa mais a frente, seu aporte teórico e prático servirá de suporte para esta pesquisa como já se foi dito anteriormente.

Both agencies will co-ordinate with UNESCO in relation to basic education activities. (AGUILAR; RETAMAL, 1998, P. 6)⁵

A ação pedagógica realizada é articulada através do guia orientador da ACNUR (AGUILAR; RETAMAL, 1998), no qual traz como desenvolver o projeto educacional de forma rápida e prática para as vítimas refugiadas, pois supõe-se que, em uma situação emergencial, quanto mais cedo iniciar-se esse processo, melhores serão os resultados. Esse projeto é desempenhado em três etapas a 1) recreação: nessa fase é levado em consideração a importância das brincadeiras/jogos na reabilitação das crianças; a 2) educação/escola não formal, é uma formação que, apesar de trazer um ensino formal, não tem o mesmo caráter rígido, sendo mais flexível com horários, espaços, e materiais; nesta fase, a 3) passagem de uma educação não formal para um currículo mais formal, propiciando uma inserção na reestruturação do país no pós-conflito (AGUILAR; RETAMAL, 1998). O objetivo desta fase é *“what basically is suggested is a flexible continuum of strategies that will be adequate to preserve and maintain a security net for the psycho-social protection of the most vulnerable, and to help reproduce the basic educational skills required for their survival.”* (AGUILAR; RETAMAL, 1998, p. 10)⁶. Esses processos são realizados com a ajuda de kits. Cada professor, depois de receber capacitação para cada fase, recebe e faz uso de uma maleta com materiais, podendo assim se ocupar de qualquer espaço livre e realizar as atividades de recreação e ensino. O processo educacional é qualificado como um dos meios mais favoráveis para se obter o reestabelecimento de comunidades pós-conflito.

Segundo Rivera (2009) são oito as bases para a construção de uma cultura de paz: Educação para Paz; Igualdade de Gênero; Coesão Social e Tolerância; Participação Democrática; Livre/Aberta Comunicação; Direitos Humanos e Peacebuilding; Segurança Internacional; Desenvolvimento Sustentável. Acredita-se que cada base dessa é de extrema importância, contribuindo para implantar e fortalecer uma cultura de paz (RIVERA, 2009). De acordo com Salomon (2009) a educação para paz deve levar em consideração o contexto e as particularidades (cultura) de cada local em que será inserida, e que haverá respostas distintas para cada lugar.

⁵ UNICEF vai colaborar com o ACNUR para garantir a continuidade na abordagem, conteúdo e formação de professores entre refugiados na educação básica e o sistema de educação básica no país de origem. UNICEF, em sua colaboração com as autoridades nacionais para reabilitar ou desenvolver o sistema de educação básica do país de origem, irá colaborar com o ACNUR para facilitar o acesso das crianças regressadas às escolas nacionais. Ambas as agências vão coordenar com a UNESCO em relação às atividades de educação básica. (AGUILAR; RETAMAL, 1998, P. 6, tradução nossa)

⁶ O que é basicamente sugerido é a flexibilização do continuum das estratégias que sera adequada para preservar e manter a segurança da rede para a proteção psicossocial dos mais vulneráveis, e para ajudar a reproduzir as competências básicas necessárias para a sua sobrevivência.(AGUILAR; RETAMAL, 1998, p. 10, tradução nossa)

Para esse autor, podemos colocar a Educação para Paz em três categorias de programas: 1) tratamento de grupos que estão em conflitos, na tentativa de mudar a imagem e a relação de um para com o outro; 2) reflexão sobre a guerra e os conflitos e suas causas e consequências, bem como orientação para paz; 3) inserção de programas de educação para paz que levante esforços para promover atitudes e concepções não violentas, sem uma situação específica. Para se ter resultados efetivos as particularidades devem ser respeitadas, de acordo com o autor “*it appears that general knowledge, abstract values, and overriding beliefs and attitudes often do not guide actual behavior when one faces competing motivations and strong negative emotions*”⁷ (SALOMON, 2009, p. 109), e por isso a situação atual na qual se encontra a comunidade deve ser avaliada. Ainda, para Salomon,

peace education can neither be a process limited to a segregated segment of society such as schoolchildren nor rely solely on the cultivation of general skills and dispositions; it must take both avenues. Peace education in general, and in contexts of conflict in particular, is too precious to give up. No society in conflict can afford the luxury of not having a policy of peace education. (SALOMON, 2009, p. 118)⁸

Desta forma, compreendemos que a Educação para Paz, deve fazer parte de um programa e agenda para paz, para o estabelecimento de uma Cultura de Paz sua presença deve se fazer em todas as esferas e ser cultivada no nosso dia-a-dia, em sociedades em conflito sua presença é essencial. Contudo, sua presença em qualquer realidade é essencial para a construção da paz.

A segunda base citada é Igualdade de Gênero. Stephenson (2009) considera que igualdade de gênero não é só uma das bases para a construção da cultura de paz, mas, além dela, é relevante para cada um dos oito eixos, sendo necessária sua inserção e abordagem dentro de todas as esferas. Em sociedades nas quais as estruturas reforçam barreiras e estereótipos, aumentando a desigualdade de gênero. O debate e o esforço acerca da igualdade de gênero ganha força com os movimentos feministas e o engajamento de organizações mundiais, que contribuem enormemente para “*changing norms of gender equality*” (STEPHENSON, 2009, p. 123)⁹ promovendo debates sobre igualdade, respeito, diversidade e representatividade de gênero, reflete também o que nos traz a declaração de Direitos Humanos universais, sendo todos iguais e possuidores de direitos.

⁷ “Parece que conhecimentos gerais, valores abstratos e crenças e atitudes primordiais, muitas vezes não orientam o comportamento real quando enfrenta motivações concorrentes e fortes emoções” (SALOMON, 2009, p. 109, tradução nossa)

⁸ Educação para a paz não pode nem ser um processo limitado a um segmento segregada da sociedade, como crianças em idade escolar, nem depender exclusivamente sobre o cultivo de habilidades gerais e disposições; deve se tomar duas vias. Educação para a paz em geral, e em contextos de conflito, em particular, é precioso demais para desistir. Nenhuma sociedade em conflito pode se dar ao luxo de não ter uma política de educação para a paz (SALOMON, 2009, p. 118, tradução nossa)

⁹ “mudar as normas de igualdade de gênero” (STEPHENSON, 2009, p. 123, tradução nossa)

Consequente, temos a Coesão Social e Tolerância, o autor nos traz uma reflexão sobre a dificuldade de promover uma coesão social, pois essa geralmente floresce de um contexto de violência, que promove e reforça as diferenças, a intolerância e a exclusão e isolamento dos grupos. Segundo Vollhardt, Migacheva, e Tropp (2009), que analisam a relação dos indivíduos e seus grupos e a estrutura que proporciona as interações e experiências, os autores sugerem que para uma coesão social que promova a cultura de paz e afirme um sentimento de tolerância entre os indivíduos é necessário encontrar e trabalhar com um denominador comum a todos grupos, encontrar uma “identidade maior” a todos. Assim, havendo uma aproximação de todos, pode-se trabalhar o respeito e valorização de cada indivíduo/grupo, aumentando o sentimento de pertença e participação a um “grupo maior”, desenvolvendo uma comunidade pluralista (VOLLHARDT, MIGACHEVA, TROPP, 2009); a coesão social, se prosperada em um ambiente harmônico, gera um “ciclo positivo” em relação a cultura de paz, ambas se reforçam e reafirmam: “*a social cohesion can contribute both to the diminution of conflict and violence [...] and to the promotion of equality and social justice*” (VOLLHARDT, MIGACHEVA, TROPP, 2009, p. 141).¹⁰

Tratando agora da participação democrática, esse eixo discute a participação da sociedade/comunidade em assuntos e tomadas de decisões nas diversas esferas. Kisielewski e LeDoux (2009) afirmam a importância dessa participação, contudo deve se ter atenção e respeito pelas diferenças de cada lugar, considerando que não se propõe um o conceito de democracia (apenas características), pois “*whereas democracy is a form of government created and ruled by the people, there is no ‘one size fits all’ model for a democratic system*” (KISIELEWSKI, LEDOUX, 2009, p. 160)¹¹, os autores também colocam a possibilidade de dentro de um país unipartidário existirem instâncias locais democráticas. Assim como colocam os autores, a democracia pode surgir em uma sociedade que não promova ou tenha por objetivo a cultura de paz, mas sua presença nos esforços para constituir uma cultura de paz é de suma relevância. Sua capacidade de dar voz e espaços a todos possibilitando os indivíduos de lidarem com os resultados de suas escolhas, se associados a ideais de paz, podem refletir sobre esses resultados.

O próximo eixo remete a Comunicação Aberta. O acesso à informação e a liberdade de expressão é pertinente para se estabelecer uma cultura de paz, além de ser um componente

¹⁰ "A coesão social pode contribuir tanto para a diminuição dos conflitos como da violência [...] e para a promoção da igualdade e da justiça social" (VOLLHARDT, MIGACHEVA, TROPP, 2009, p. 141, tradução nossa).

¹¹ “Considerando que a democracia é uma forma de governo criado e governado pelo povo, não há ‘um tamanho para todos’ de modelo para um sistema democrático” (KISIELEWSKI, LEDOUX, 2009, p. 160, tradução nossa)

fundamental da esfera pública e de um sistema democrático, uma comunicação aberta é uma aliada para a prestação de contas e para uma transparência do governo para com a população, ademais convém ser significativa como canal de diálogo entre as instâncias (LOEWENBERG, 2009).

Ainda tratando das bases para a cultura de paz, segundo Goldring (2009) Segurança Internacional é essencial para se ter uma cultura de paz global. A discussão trazida por Goldring sobre os desafios e oportunidades para alcançar uma cultura de paz, em um cenário atual no qual nos deparamos com um forte mercado armamentista, apesar de ter diminuído, ainda é relevante para os países, com um grande volume de pequenas armas disponíveis (como as minas terrestres, que apesar de maior controle e de menor produção, ainda causam inúmeras vítimas) *“from the perspective of lives lost, small arms and light weapons are a critical barrier to achieving a culture of peace* (GOLDRING, 2009, p. 199-200)¹², e a produção de armas nucleares aumentando no global *“continued proliferation of nuclear weapons is a huge barrier to achieving a culture of Peace”* (GOLDRING, 2009, p. 205)¹³.

Diversas são as questões que movimentam esse comércio de armas (lucro, guerras, defesa), e esse é um grande impasse para se constituir um ambiente pacífico. O autor assim propõe duas sugestões para lidar com os obstáculos da cultura de paz no âmbito internacional: 1) um tratado de comercialização de armas e 2) um programa educacional voltado para trabalhar com questões armamentistas (como o desarmamento e a não proliferação) (GOLDRING, 2009). Goldring, nos mostra uma visão otimista sobre a cultura de paz no cenário internacional, pois compreende se que já existe maior abertura entre os países para dialogar sobre as questões de segurança internacional *“on the whole, there are prospects for international security as a building block for a culture of Peace [...] numerous groups are pursuing approaches intended to decrease violence, reduce the likelihood of war, and limit the consequences if war occurs.”* (GOLDRING, 2009, p. 208)¹⁴

O próximo eixo é o Desenvolvimento Sustentável. Spring (2009) procura trazer a íntima relação de um desenvolvimento sustentável com a cultura de paz, utilizando o termo cultura de paz sustentável *“sustainable peace forms part of a sustainable culture, which includes diversity, co-existence, negotiation and respect for humans concerning the decision-*

¹² “da perspectiva de vidas perdidas, pequenas armas e armas ligeiras são uma crítica barreira para alcançar uma cultura de paz (GOLDRING, 2009, p. 199-200 tradução nossa)

¹³ “a proliferação contínua de armas nucleares é uma grande barreira para alcançar uma cultura de paz” (GOLDRING, 2009, p. 205, tradução nossa).

¹⁴ “no todo, há perspectivas para a segurança internacional como um bloco de construção para a cultura de paz [...] números grupos estão buscando abordagens destinadas a diminuir a violência, reduzir a probabilidade de guerra, e limitar as consequências caso ocorra guerra.” (GOLDRING, 2009, p. 208, tradução nossa)

making process related to natural resources” (SPRING, 2009, p. 220)¹⁵. Para o autor, para se pensar o tema sustentabilidade dentro de políticas de desenvolvimento e segurança deve se haver uma mudança de mentalidade, um alargamento do conceito de segurança, mas não só envolver questões ambientais. Somam-se ainda as questões de gênero, grupos vulneráveis e marginalizados, desigualdade, deterioração dos recursos e outros (SPRING, 2009). Essa mudança requer um esforço para mudar um sistema de consumo exagerado e a má utilização dos recursos naturais, para um que respeita a natureza e o homem.

Sustainable strategies, policies, and structures of development must influence values, change behavior, and pave new avenues for conflict prevention and peacebuilding by contributing to a model of development where pollution and threats to the environment and humankind are mitigated. (SPRING, 2009, p. 223)¹⁶

A promoção e estabelecimento dos direitos humanos que dão suporte e sustentam a cultura de paz são indissociáveis; a garantia de tais direitos, como a educação, liberdade de expressão e informação, segurança, igualdade dentre outras. O respeito e cumprimento aos direitos humanos podem ser colocados também como uma das principais bases para uma cultura de paz, além de envolver todas as outras esferas (RIVEIRA, 2009).

1.2. Localidade

A localidade como centro no processo de construção de paz leva-nos a refletir sobre o papel do local dentro de movimentos que procuram construir/restaurar a paz. Antes de pensá-lo como também parte das Relações Internacionais, vamos tentar entender o local e sua recente incorporação à literatura de construção da paz. Primeiramente, vamos tentar compreender o conceito de local, que para Ginty (2015) deve ir além, transpassar os aspectos físicos/territoriais e sofrer um alargamento, devendo incluir as atividades/práticas, relações, redes, mercado, transações, ações, crenças dentre outros que envolvem o local, e levando em conta as mudanças constantes que sofre; esse alargamento/expansão do conceito de local ajuda a pensar o local como Relações Internacionais.

The local is a sphere of activity that is constantly being made and remade, sometimes with replication and sometimes with change. It is made, remade and negotiated through the everyday actions of inhabitants, as well as those of

¹⁵ “Paz sustentável faz parte de uma cultura sustentável, o que inclui a diversidade, coexistência, negociação e respeito pelos seres humanos em relação ao processo de tomada de decisões relacionadas aos recursos naturais” (SPRING, 2009, p. 220, tradução nossa).

¹⁶ “Estratégias sustentáveis, políticas e estruturas de desenvolvimento deve influenciar valores, mudança de comportamento, e abrir novos caminhos para a prevenção de conflitos ea construção da paz, contribuindo para um modelo de desenvolvimento onde a poluição e ameaças ao meio ambiente ea humanidade são mitigados” (SPRING, 2009, p. 223, tradução nossa)

exogenous and institutional actors. In this way the widened concept of the local has the potential to liberate us from the confined of International Relations as a discipline and related conceptual straitjackets of the state and institutions. (GINTY, 2015, p. 851)¹⁷

Ginty aborda a negligência com o local nas diversas esferas, geralmente entendido como “atrasado”, “primitivo” e “selvagem”, dando a impressão de que existiria a necessidade de modernizá-lo/civilizá-lo e inclui-lo no global. Cinco são as tendências trazidas pelo autor, associados à negligência do local: o foco no Estado e nas instituições governamentais de elites; os processos imperialistas ou globalizantes, que trazem o local como um obstáculo a ser superado/incorporado à “onda” progressista; uma literatura generalizante, na qual as pesquisas através de amostras fazem conclusões gerais, que sem a intenção podem ignorar singularidades dos locais; a tecnocracia, que promove uma centralização em uma instância superior ao local, assim suas particularidades não são levados em consideração, “*indeed, there is no local in the technocratic world.*” (GINTY, 2015, p. 843)¹⁸; e a urbanização, “*reinforce a world-view that attaches less value to the local and the remote*” e “*certainly the rural comes to the city, and leaves its mark on the city, but it is often folded into a larger entity and loses much of its distinctiveness*” (GINTY, 2015, p. 843)¹⁹, essas tendências, são consideradas por Ginty como causas do declínio local nos diferentes processos, principalmente na constituição de uma paz duradoura (GINTY, 2015).

A ênfase sobre o local como parte indispensável em movimentos de construção de paz se tornou relevante após a identificação de falhas nesses processos, que utilizavam propostas que vinham de cima para baixo (GINTY, 2015). O local foi reconsiderado nos processos de construção de paz e desenvolvimento, e uma atuação que preza a combinação entre o local e o internacional, priorizando uma abordagem de baixo para cima, ou seja, uma abordagem não por imposição, mas que procure ouvir a comunidade local com fins de montar uma proposta para aquela realidade, levando em consideração particularidades daquele local, é suposto ser o ideal.

Local ‘partners’ could provide access, legitimacy, value for money, cultural sensitivity, linguistic skills and, potentially, could facilitate a swifter exit for international actors. Thus ‘productive’ international-local relations were seen as the

¹⁷ O local é uma esfera de atividade que está constantemente a ser feito e refeito, às vezes com a replicação e, por vezes com a mudança. É feito, refeito e negociada através das ações cotidianas dos habitantes, bem como aqueles de atores exógenos e institucionais. Desta forma, o conceito alargado de local tem o potencial de nos libertar do confinados das Relações Internacionais como disciplina e das camisas de força conceituais relacionados com estado e instituições. (GINTY, 2015, p. 851, tradução nossa)

¹⁸ “De fato, não existe qualquer local no mundo tecnocrático” (GINTY, 2015, p. 843, tradução nossa)

¹⁹ “reforça uma visão de mundo que atribui menos valor para o local e o remoto” e “certamente o rural vem para a cidade, e deixa sua marca na cidade, mas muitas vezes é dobrada em uma entidade maior e perde muito do seu carácter distintivo” (GINTY, 2015, p. 843, tradução nossa)

key to development and reconstruction programmes (GINTY, 2015, p. 846).²⁰

Contudo, Ginty chama atenção para algumas visões distorcidas que recaem sobre o local, como a romantização do local, ou a proposta da capacidade de resiliência. A romantização atribui ao local somente características boas e os programas interventivos internacionais são considerados desconhecidos e estranhos. A crença na resiliência pode trazer suposições de que a comunidade que recebe tal ajuda tem capacidade para se reestruturar sozinha; o que pode fazer com que organismos internacionais utilizem este argumento como desculpa, esquivando-se de suas responsabilidades.

Para que essas e outras visões distorcidas do local não influenciem políticas/medidas assistencialistas e para se pensar o local e suas complexidades, Ginty traz algumas recomendações como: não romantizar o local, percebendo seus aspectos positivos e negativos, e sua liderança nos processos oferecidos; ter respeito, responsabilidade e ser humilde; tentar se ajustar ao ritmo do local; saber lidar com o inesperado, pois mudanças podem acontecer se a comunidade local não for de acordo ou não conseguir seguir o ritmo das propostas; e ter atenção para “fórmulas universais” para determinados problemas, podendo ao invés, tentar construir uma solução em conjunto com os locais considerando suas dinâmicas (GINTY, 2015).

A relação local e internacional, segundo Ginty (2015), pode ser pensada através de duas linhas, a primeira é perceber que o local não é parado, estagnado, imutável, e sim que ele está em constante mudança fazendo e refazendo suas dinâmicas, abarcando um grandioso número de atividades (comerciais, culturais, pessoais...) que movimentam e transpassam a barreira física/territorial formando uma rede que liga dos mais distintos níveis; a segunda linha a diz respeito à má gestão, que em vezes não conseguem lidar com as mudanças, dos órgãos e instituições que se responsabilizam por “levar” o desenvolvimento, ações para construção de paz, assistência humanitária, não estão conseguindo suprir e lidar com as demandas das situações. Assim “[...] *we are reminded that the connections between the local and international dimensions are extremely complex and in state of flux. Both levels, and all of those in between, are experiencing shocks and grappling to come to terms with changing circumstances*” e que a “*partnership with local actors (communities, NGOs, military) was seen as a way of better delivering peacebuilding, humanitarian and development assistance*”

²⁰ Os parceiros locais poderiam fornecer acesso, a legitimidade, valor para o dinheiro, a sensibilidade cultural, competências linguísticas e, potencialmente, poderia facilitar uma saída mais rápida para os atores internacionais. Assim relações produtivas internacionais-local eram vistos como a chave para programas de desenvolvimento e de reconstrução (GINTY, 2015, p. 846, tradução nossa)

(GINTY, 2015, p. 203).²¹

A percepção de que o local contribui para melhores resultados ganhou espaço, a chamada “virada local” mostrou que “*international actors cannot build peace based on a universal model of transformation but can only facilitate societies to self-organize and build peace in sometimes very complex and non-linear ways.*” (LEONARDSSON, RUDD, 2015, p. 834).²²

Em consonância com a esta visão do local como centro dos planos de construção de paz temos o *Peacebuilding from below*, que se trata de uma releitura do conceito de *Peacebuilding*. Trata-se de uma estratégia de construção de paz. A revisão desse conceito e suas práticas levaram ao entendimento de que práticas de “baixo para cima” poderiam dar melhor suporte para a estruturação da paz nas comunidades pós-conflito, ou seja, os esforços realizados pela comunidade internacional e externa para a reconstrução de sociedades pós-conflitos deveria trabalhar com o local e com o empoderamento das comunidades na construção de uma paz duradoura (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011).

[...] a number of scholar-practitioners have led a revision of thinking about the complex dynamics and processes of post-conflict peacebuilding, including the idea that effective and sustainable peacemaking processes must be based not merely on the manipulation of peace agreements made by elites, but more importantly on the empowerment of communities torn apart by war to build peace from below. (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 215)²³

Segundo Ramsbotham, Woodhouse e Mial (2011) essa abordagem revisada ajudou a compreender três questões: a primeira é o reconhecimento de que barreiras são geradas a partir de reproduções culturais e econômicas de violência, essas dificultam “*constructive intervention than originally assumed*” (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 215)²⁴; a segunda coloca que os ideais da construção da paz no pós-conflito e as soluções devem desenvolver quadros que possam sobressair as estruturas culturais de violência e

²¹ “[...]Somos lembrados de que as conexões entre as dimensões locais e internacionais são extremamente complexos e em estado de fluxo. Ambos os níveis, e todos aqueles no meio, estão experimentando choques e lutando para chegar a um acordo com a mudança de circunstâncias” e que a “parceria com atores locais (comunidade, ONGs, militar) foi visto como uma maneira de entregar uma melhor consolidação da paz, assistência humanitária e desenvolvimento” (GINTY, 2015, p. 203, tradução nossa).

²² “atores internacionais não podem construir a paz baseado em um modelo universal internacional de transformação, mas apenas facilitar sociedade se auto organizarem e construírem a paz, as vezes, em complexos e não lineares maneiras” (LEONARDSSON, RUDD, 2015, p. 834, tradução nossa)

²³ “[...] um número de intelectuais praticantes levaram a uma revisão de pensar sobre a dinâmica complexa e os processos de construção da paz no pós-conflito, incluindo a ideia de que os processos de pacificação eficazes e sustentáveis devem ser baseada não apenas na manipulação dos acordos de paz feitas pelas elites, mas o mais importante sobre o empoderamento das comunidades dilaceradas pela guerra para construir a paz a partir de baixo. (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 215, tradução nossa)

²⁴ “intervenção construtiva do que originalmente assumido” (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 215, tradução nossa)

sustentar uma cultura de paz.

in the specification of the significance of post-conflict peacebuilding and of the idea that formal agreements need to be underpinned by understandings, structures and long-term development frameworks that will erode cultures of violence and sustain peace processes on the ground (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 215-216)²⁵

O terceiro ponto é o reconhecimento da importância dos agentes locais, organismos, cultura e dinâmicas locais, e a comunicação entre eles, e as instituições internacionais interventivas, que gerariam maior participação da sociedade civil e suas instituições “*This alliance is to enhance sustainable citizen-based peacebuilding initiatives and to open up participatory public political spaces in order to allow institutions of civil society to flourish.*” (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 216)²⁶. Próximo à visão de Lederach (2007), a estratégia do *Peacebuilding From Below* leva em consideração que se deve envolver tanto quanto possível todos os níveis (nível superior, médio e da base) e categorias (econômico, político, social) da sociedade nos processos de construção de paz para que se constituam bases sólidas para emergir uma paz duradora a partir de baixo, a partir das próprias sociedades (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011).

Citados por RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, Curle e Lederach, após seus trabalhos junto a comunidades abriram espaço para refletir sobre as falhas nos procedimentos para paz, “*that the range of conflict traumas and problems was so vast that the model of mediation based on the intervention of outsider-neutrals was simply not powerful or relevant enough to promote peace*” (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 217-218)²⁷ suas ações devem promover a libertação da comunidade (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011). Os autores destacam duas observações, na sua análise, para melhor pensar o processo de paz, a primeira é que a construção da paz deve surgir da própria comunidade local; segundo é a importância do trabalho conectado dos organismos oficiais externos com as organizações internas nas áreas de conflito (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011).

Além disso, dois desafios para serem superados no pós-conflito é controlar a

²⁵ na especificação do significado da construção da paz pós-conflito e da ideia de que acordos formais precisa ser apoiada por entendimentos, estruturas e quadros de desenvolvimento de longo prazo que irá corroer culturas de violência e sustentar processos de paz no terreno (RAMSBOTHAN, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 215-216, tradução nossa)

²⁶ “Esta aliança aumentar iniciativas sustentáveis de construção da paz baseada nos cidadãos e abri espaços políticos participativas públicas, a fim de permitir que as instituições da sociedade civil para florescer.” (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 216, tradução nossa).

²⁷ “a gama de traumas de conflitos e problemas era tão grande que o modelo de mediação com base na intervenção do estranho-neutros simplesmente não era forte ou relevante o suficiente para promover a paz” (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 217-218, tradução nossa)

violência e associá-la ao restabelecimento das relações na comunidade (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011). Para os autores revela-se a importância de conhecer as “modalidades culturais e recursos” da comunidade, da integração da intervenção (curto prazo) e os processos de resolução (longo prazo), bem como que as ações de paz devem alcançar todos os níveis existentes (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011).

A introdução e execução do *Peacebuilding from below* é feita através de uma abordagem transformativa e “elicitiva”, a solução para problemas deve vir da própria comunidade, contudo a ajuda externa não é menos importante, ela é fundamental para chegar a soluções, como o trabalho de ONGs “*non-governmental organizations are decisive actors in the work of grassroots peacebuilding*” (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 223)²⁸. Segundo os autores “*in peacebuilding model [...] futures are negotiated, cultivated and legitimized through elicitive programmes of peace education and conflict resolution training, rather than prescribed and imposed by international bureaucracies* (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 226).²⁹

1.3 Reconciliação

Como citado anteriormente, o processo de Reconciliação como abordagem voltada aos conflitos contemporâneos é proposto por Lederach como uma nova alternativa para lidar com conflitos atuais, pois segundo ele boa parte desses conflitos são nutridos por questões internas como religião, questões étnicas, dentre outras que nutrem animosidades entre povos. Utilizando a Reconciliação como abordagem aos conflitos Lederach (2007) coloca esse modelo como necessário para o tratamento dos “novos” conflitos, trazendo um processo no qual todas as partes são fundamentais e interdependentes para a transformação e, inclusive, a transcendência do conflito.

Lederach trabalha em seu ensaio, sobre a reconciliação em sociedades divididas, três questões norteadoras. Tratam das 1) características dos conflitos contemporâneos; 2) quais os conceitos/perspectivas necessárias para construir a paz; e 3) as práticas/processos para a transformação do conflito (LEDERACH, 2007).

Considero que la naturaleza y las características del conflicto contemporáneo hacen pensar en la necesidad de un conjunto de conceptos y enfoques que vayan más allá

²⁸“As organizações não governamentais são atores decisivos na obra de construção da paz das bases” (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 223, tradução nossa).

²⁹“No modelo de construção da paz [...] futuros são negociados, cultivado e legitimado através de programas elicitive de educação para a paz e treino para a resolução de conflitos, em vez de prescrito e imposto pelas burocracias internacionais (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2011, p. 226, tradução nossa).

de la tradicional diplomacia de estado. Construir la paz en los conflictos actuales requiere un compromiso a largo plazo para establecer una infraestructura que abarque todos los niveles de la sociedad, permita potenciar los recursos de la propia sociedad para la reconciliación y rentabilice al máximo la contribución externa. (LEDERACH, 2007, p. 24)³⁰

O autor traz uma visão geral sobre os conflitos contemporâneos, suas características, desafios e estruturação. Lederach utiliza a análise de categorias e nos traz alguns dados. Considerando o número de vítimas, a localização e os aspectos que desencadearam e nutrem o conflito, classifica os conflitos armados em três níveis de acordo com o número de mortes: *baixo*, com menos de 25 vítimas fatais por ano e que um dos envolvidos é um Estado; *intermediário/médio* considera um mínimo de 25 mortos em um ano e mais de 1000 durante o curso do conflito; e a *guerra*, compõem um conflito que há mais de 1000 mortes por ano. (LEDERACH, 2007)

Lederach avalia que, no período da Guerra Fria (as partes não chegaram a um conflito armado), e a posteriori, o mercado armamentista é o maior beneficiário das guerras e dos conflitos armados, com um mercado lucrativo e independente. Outra observação relevante diz respeito aos conflitos menores e intermediários, que atualmente são a maioria, e se expressam sob duas tendências. A primeira tendência é a constância no nível intermediário (enquanto para os conflitos menores houve uma elevação nas disputas armadas) e sua duração, considerado pelo autor como os mais complexos para se alcançar a estabilidade, e seu carácter interno, *“la mayor parte de las guerras actuales son internas. Los principales factores de conflicto se refieren a la gobernancia, incluyendo con frecuencia la búsqueda de autonomía o autogobierno para ciertas regiones o grupos”* (LEDERACH, 2007, p. 36)³¹. Na segunda tendência, a mudança de cenário, o autor faz três observações a 1) localização dos conflitos armados ainda recai sobre os países subdesenvolvidos/em desenvolvimento do sul, 2) uma elevação dos conflitos armados na Europa Oriental e ex União Soviética, e 3) diminuição dos conflitos armados na América Latina (LEDERACH, 2007). Esses são os principais aspectos da síntese trazida por Lederach sobre os conflitos armados.

Em continuação, Lederach traz os aspectos das sociedades profundamente divididas, que se enquadram em qualquer um dos níveis de conflitos armados. Essas características

³⁰ Eu acredito que a natureza e as características dos conflitos contemporâneos sugerem a necessidade de um conjunto de conceitos e abordagens que vão além da diplomacia tradicional de estado. Construir a paz em conflitos atuais requer um compromisso de longo prazo para estabelecer uma infra-estrutura que abrange todos os níveis da sociedade, fornece recursos aprimorados para a reconciliação própria sociedade e rentabilizar ao máximo a contribuição externa. (LEDERACH, 2007, p. 24, tradução nossa)

³¹“a maioria das guerras de hoje são internas. Os principais fatores de conflito se referem com a governação, incluindo com frequência a busca por autonomia ou auto-governo para certas regiões ou grupos” (LEDERACH, 2007, p. 36, tradução nossa)

podem ser identificadas através de alguns pontos de partida, eles trazem: a ideologia como não sendo a explicação para os novos conflitos; maior parte dos conflitos armados ser nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, além de uma crescente na Europa Oriental e ex União Soviética; a maioria dos conflitos armados tem caráter interno, porém podendo internacionaliza-se devida uma estrutura externa que dá suporte (armamento, acolhimento...) ao conflito dentro de um determinado território; e podem causar a instabilidade e confronto a nível regional; o fácil e lucrativo mercado de armas, que indiretamente pode ser relacionado as disputas entre os povos (LEDERACH, 2007).

Seguindo, o autor coloca que os conflitos contemporâneos têm características mais próximas aos conflitos entre comunidades ou povos, do que são os conflitos interestatais (entre Estados), sendo assim, Lederach faz alguns apontamentos para essa relação, aqui ressaltamos os elementos trazidos por esses apontamentos: questões identitárias; a segmentação e difusão do poder; a duração dos conflitos armados está em relações antigas que nutrem animosidades entre os povos; ausência de respostas e mecanismos internacionais de intervenção aos conflitos armados internos. Segundo Lederach, essas características e a observação dos conflitos contemporâneos mostram uma necessidade de uma “nova” alternativa para estes, abordando através de um outro modelo, que não a diplomacia tradicional, já que esta foca em um sistema, particularmente, estatal. (LEDERACH, 2007)

A construção da paz sustentável e duradora, como sugestão de Lederach, deve ser planejada e embasada em estrutura, processo, relacionamento, recursos e coordenação (LEDERACH, 2007, p. 55) que abordem tais questões, caracterizadas nessas observações. Segundo Lederach, a Reconciliação estabelece um plano de longo prazo, para abordar essas questões, e a construção ou a restauração de relações, que resultaria na transformação do conflito, através de uma proposta que traz “[...] *una serie de ideas y lentes analíticas que plantean cómo puede entenderse la transformación de conflictos en el conflicto contemporáneo y cómo se definen, interrelacionan e interactúan las características y los componentes de la construcción de la paz como un proceso social*”³² (LEDERACH, 2007, p. 54). O processo de reconciliação também prevê o estabelecimento de um espaço no qual possa se estabelecer um diálogo que trabalhe os sentimentos, angústias, adversidades, animosidades, experiências, e mais, o *passado* das comunidades envolvidas no conflito, a fim que se construa uma relação sustentável superando, assim, o conflito. Por Lederach, entender

³² “Uma serie de ideais e lentes analíticas que colocam como podem entender se a transformação de conflitos no conflito contemporâneo e como se definem, inter-relacionam e interagem as características e os componentes da construção da paz como um processo social” (LEDERACH, 2007, p. 54, tradução nossa).

as relações dentro da estrutura global do conflito é o marco inicial para compreender o sistema do conflito, e essa compreensão vem através da reconciliação:

[...] si queremos ver la realidad y el funcionamiento de las cosas, debemos examinar el sistema en su conjunto y las relaciones de las partes como el aspecto empírico que nos permite enfocar y entender su dinámica y estructura. De hecho, se argumenta que las relaciones son la pieza central, el punto inicial y final para entender el sistema (Wheatley, 1992). Ésta, creo, es la principal contribución de la reconciliación como paradigma (Assefa, 1993). Concibe el conflicto prolongado como un sistema y centra su atención en las relaciones dentro de ese sistema. (LEDERACH, 2007, p. 60)³³

Como assinalado acima, “*en esencia, la reconciliación representa un lugar, el punto de encuentro donde se pueden aunar los intereses del pasado y del futuro*” ou um “*espacio social donde la verdad y el perdón estén validados y unidos, en vez de un marco en el que uno deba descalificar al otro*”, nos quais relações são (re)construídas (LEDERACH, 2007, p. 61-64).³⁴

Em sequência, Lederach faz a apresentação da estrutura, processo, relacionamento, recursos e coordenação, elementos necessários para pensar essa abordagem. Para Lederach a *estrutura*, pode ser vislumbrada através de duas lentes – níveis de atores, as questões emergentes do conflito e o nível sistêmico. A primeira, a divisão da população por categorias, comporta três níveis e visa analisar seus aspectos, e identificar a perspectiva que concentra a melhor formação para a construção da paz. Essas categorias dividem a população em nível superior, médio e de base, vista melhor através da pirâmide construída por Lederach. Nela podemos ver o escalonamento dos níveis, os tipos de atores que os compõem e sua perspectiva de como se daria as intervenções para a construção da paz. (LEDERACH, 2007)

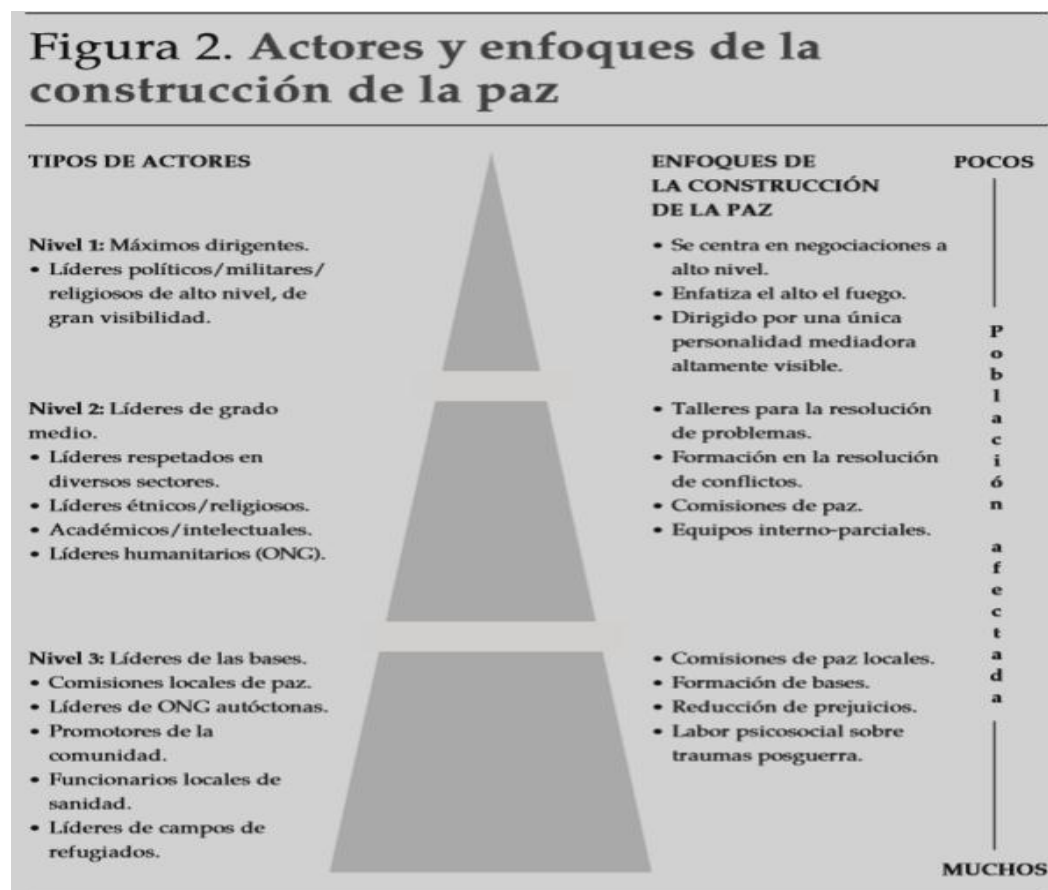
Vale fazer uma ressalva, segundo Lederach, as ações de construção de paz a cada nível se estabelecem das seguintes formas no nível superior – de cima para baixo, nível médio – do médio para fora, e do nível baixo/ base – de baixo para cima. Dessas, duas tem maior destaque na literatura – *de cima para baixo* e *de baixo para cima* –, enquanto abordagem para paz, contudo Lederach propõem um olhar sobre o nível médio, o considerando como a chave para estabelece se uma estrutura que sustente uma paz duradora, pois essa seria a categoria

³³ [...] Se formos ver a realidade e como as coisas funcionam, devemos examinar o sistema como um todo e as relações das partes como o aspecto empírico que nos permite concentrar e entender sua dinâmica e estrutura. Na verdade, argumenta-se que os relacionamentos são a peça central, o ponto inicial e final para a compreensão do sistema (Wheatley, 1992). Isto, creio eu, é a principal contribuição da reconciliação como um paradigma (Assefa, 1993). Concebido como um sistema de conflito prolongado e se concentra nas relações dentro desse sistema. (LEDERACH, 2007, p. 60, tradução nossa)

³⁴ “em essência, a reconciliação representa um lugar, o ponto de encontro onde se podem combinar os interesses do passado e do futuro” ou um “espaço social onde a verdade e o perdão são validados e unidos, em vez de um quadro em que se deve desqualificar o outro ” (LEDERACH, 2007, p. 61- 64, tradução nossa)

que possui atores com maior nível integrativo com atores dos outros níveis e na sociedade no geral, exercem certa influência, além de possuir maior facilidade de locomoção e liberdade de ação “*los líderes del nivel medio son más numerosos en relación con los del nivel superior y tienen contactos mediante redes con muchas personas importantes de toda la geografía física y humana del conflicto*” (LEDERACH, 2007, p. 76)³⁵. Contudo, Lederach, como já citado, reconhece que o desenvolvimento das estratégias/planejamento de uma construção da paz deve incluir os três níveis para que seja sustentável e duradora. A segunda lente, proposta por Lederach, é a análise através de questões menores e sistêmicas advindas do conflito. Dessa forma o modo como enxergamos a questão emergente do conflito e em qual nível sistêmico a colocamos determina nossa intervenção e as práticas para a solução daquele problema. (LEDERACH, 2007)

Figura 2- Pirâmide de Atores e enfoques da construção da paz



Fonte: Lederach (2007)

Nesta Pirâmide, Lederach, traz os níveis que uma sociedade é composta (base, médio

³⁵“Os líderes de nível médio são mais numerosos em relação ao nível superior e ter contatos através de redes com muitas pessoas importantes de toda a geografia física e humana do conflito” (LEDERACH, 2007, p. 76, tradução nossa)

e superior), ou os tipos de atores, e os enfoques, ou as abordagens a serem inseridas de acordo com cada nível. De acordo com a abordagem interventiva escolhida, as políticas atingiram um maior número de pessoas (se pela base), ou um menor número de pessoas (se pelo superior). (LEDERACH, 2007)

Continuando, busca-se agora “*examinar la dinámica y la progresión del conflicto*” (LEDERACH, 2007, p. 97)³⁶, através de um olhar para o *processo* da construção da paz. Para Lederach, considera-se que a construção da paz deve ser vista como um processo, diferente da perspectiva tradicional de que as atividades dependem apenas de uma pessoa/grupo de pacificadores/facilitadores, essas atividades devem fazer parte de um todo que considera as fases, e o processo progressivo do conflito. Atentando para o fato que o conflito é um processo que está em um movimento progressivo, e que por isso, as atividades, ações e práticas da construção da paz devem seguir um planejamento, de uma estratégia que possa suportar e acompanhar, essas mudanças que são uma constante. A identificação das fases de progressão de um conflito, ajudam a compor as atividades a serem utilizadas, práticas que trabalhem de acordo com aquela fase, mas fazendo parte de um todo interdependente necessário para a transformação do conflito. (LEDERACH, 2007)

Versando a metodologia integrativa da construção da paz, ou relacional, Lederach aponta para importância de “*replantearnos cómo conceptuamos nuestros marcos temporales para planificar y actuar*”, o quadro temporal necessário para alcançar a paz, e “*vincular los distintos aspectos y dimensiones de la construcción de la paz*”, (LEDERACH, 2007, p 108)³⁷ e o quadro integrativo. Ao que tange o quadro temporal, ele declara a importância de considerar dois conceitos a *transformação*, que seria a transição de uma fase para outra (ex: conflito latente→ conflito manifesto), assim as atividades e procedimentos que seriam planejados para atender e responder a etapas específicas; e a *sustentabilidade*, consiste no esforço para estabelecer e manter um processo construtivo que desenvolva a paz em paralelo ao curso do conflito. Desta forma, teríamos um conjunto de procedimentos específicos que atuariam para responder a curto prazo, contudo estaria em um planejamento que constitui uma ação pensada a longo prazo. Quanto ao quadro integrativo, por meio de um projeto integrativo, questões, perspectivas, procedimentos, técnicas e tudo que constitui um projeto de construção da paz deve estar relacionado/conectado/integrado para o êxito na transformação do conflito,

³⁶ “examinar a dinâmica e a progressão do conflito” (LEDERACH, 2007, p. 97, tradução nossa)

³⁷ “repensar a forma como concebemos nossos prazos para planejar e agir”, o quadro temporal necessário para alcançar a paz, e “ligando os diferentes aspectos e dimensões da construção da paz” (LEDERACH, 2007, p 108, tradução nossa)

la transformación de conflictos representa una serie global de lentes para describir la manera en que el conflicto surge, se desarrolla y provoca cambios en las dimensiones personales, relacionales, estructurales y culturales, y para desarrollar respuestas creativas que promuevan el cambio pacífico a esos niveles por medio de mecanismos no violentos (LEDERACH, 2007, p. 119).³⁸

Assim “*estamos orientados a la construcción de relaciones que en su totalidad formen nuevos modelos, procesos y estructuras*”. (LEDERACH, 2007, p. 120)³⁹

Dos *recursos* necessários para a constituição da paz, Lederach destaca os recursos socioeconômicos, faz-se menção a questão financeira e social, o autor propõe três propostas para orientar a gestão desses recursos – criar *categorias* (organismos para gerenciar o financeiro e as necessidades demandadas), criar *responsabilidade*, e criar um *compromisso estratégico*; e socioculturais, que são recursos humanos/pessoas e sua dinâmica cultural, nesta se atenta para a criação de comunidades de paz (dentro das zonas de conflito), utilizar o aspecto cultural na construção de dinâmicas e das estratégias, no projeto para paz. (LEDERACH, 2007). A *coordenação* tratada por Lederach, diz respeito aos pontos de contatos, ou seja, a descentralização, criando subdivisões que se ocupariam de determinadas etapas, questões, processos, e esferas que se conectam por mecanismos de coordenação. (LEDERACH, 2007)

A reconciliação como proposta alternativa à intervenção nos conflitos contemporâneos, por Lederach, nos mostra a necessidade de se analisar e visualizar o conflito de forma abrangente, como um sistema e um processo progressivo, de forma a contemplar todos os níveis, categorias, etapas, processos e dinâmicas, sob as diversas perspectivas, na tentativa de dar uma resposta às questões emergentes através de um sistema de mecanismos específicos (alerta para a realidade da comunidade e o sistema do conflito) que estão conectados entre si para a transformação do conflito, fazendo parte de uma proposta maior para a construção da paz dentro das sociedades divididas.

³⁸A transformação de conflitos representa uma série global de lentes para descrever como conflito surge, desenvolve e provoca mudanças nas dimensões pessoais, relacionais, estruturais e culturais, e desenvolver respostas criativas que promovam a mudança pacífica a esses níveis através de mecanismos não-violentos (LEDERACH, 2007, p. 119, tradução nossa).

³⁹“Estamos focados na construção de relacionamentos que formam inteiramente novos modelos, processos e estruturas” (LEDERACH, 2007, p. 120)

2. ANÁLISE DE CASO: MOÇAMBIQUE

Neste segundo capítulo temos a análise de caso de Moçambique. Traz-se, primeiramente, o histórico do conflito de Moçambique, com um período temporal de 1962 até a resolução do conflito armado em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, inclui-se também um sub tópico com o cenário atual do país. Em sequência tem-se a análise do processo de pacificação social de Moçambique.

2.1. Histórico Do Conflito e Sua Resolução Pelo Acordo Geral De Paz

O processo de pacificação social de Moçambique teve se início em 1990 com as primeiras negociações diretas entre as partes, culminando em 1992 na assinatura do Acordo Geral de Paz (Acordo de Roma), que deu fim a Guerra Civil que assolava o país desde 1977. Contudo para compreendemos melhor esse processo vamos fazer uma breve explanação sobre o contexto histórico do conflito e suas raízes. O período a ser aludido neste tópico será da criação da FRELIMO (1962) até o Acordo Geral de Paz(1992), pois os caracterizamos como o período que nos ajudará a entender o conflito que gerou a guerra civil.

Criada em 1962, a Frente de Libertação de Moçambique ou FRELIMO, foi constituída a partir da união de outros três movimentos, a MANU (Mozambique African National Union), UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) e UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente); a FRELIMO foi o movimento anticolonialista que deu início a luta pela independência de Moçambique (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2015). Coloca Carbone (2003) que a FRELIMO tomou a frente da luta para independência de Moçambique em 1964, do início das ações até a declaração da independência temos uma “luta”, contra os colonizadores, que durou cerca de 11 anos (1964-1975). Após independência de Moçambique a FRELIMO ficou à frente do governo do país. Contudo, anos após a proclamação da independência, o país teve que enfrentar outro conflito, e é este que resiste até tempos atuais, apesar de notórias conquistas do processo de pacificação e reconciliação no país.

Segundo Carbone (2003) a Frente de Libertação de Moçambique governou o país desde sua independência sem concorrência, se tornando o único partido do país. O partido seguia uma linha marxista-leninista para o desenvolvimento do país, governando de forma impositiva. A FRELIMO defendia a necessidade de se criar uma identidade moçambicana. Para isso, as diversas tribos e etnias deveriam ser apagadas, destruídas, o que causou o

crescimento de sentimentos antagonistas ao partido. Além disso, soma-se dois aspectos pertinentes para entendermos o conflito entre a FRELIMO e RENAMO, que se apresenta em momentos anteriores ao seu surgimento e que o alimentaram, sendo 1) como se articulava a FRELIMO e a questão da etnicidade/identidades e 2) os ideais defendidos por ela (CARBONE, 2003; CHICHAVA, 2008).

O conflito armado anticolonial perdurou até 1975, a batalha travada tinha maior impacto no norte do país, onde também havia maior recrutamento de pessoas para a batalha (CABORNE, 2003). Contudo, segundo Chichava (2008), a FRELIMO era majoritariamente formada, no seu corpo técnico, ou elite, por pessoas do sul e de determinadas tribos/etnias de Moçambique, enquanto que o conflito armado ocorria no norte, afetando e assolando aquela região. Acusada de “livrar” a população do sul e privilegiá-la quanto a posições de prestígio e até mesmo considerando mais a uns que a outros, em procedimentos dentro de instituições de ensino, por exemplo, sendo acusados de tribalismo⁴⁰ e regionalismo (CHICHAVA, 2008).

Nesse aspecto, Chichava pondera: apesar das acusações à FRELIMO de tribalismo, de parte da população, deve-se perceber que as diferentes tribos que viviam em Moçambique não tinham tanto contato umas com as outras, “Moçambique como nação não existia” (CHICHAVA, 2008, p. 6). Um outro fator que Chichava apresenta para as animosidades entre o sul e o norte em Moçambique vem do fim do século XIX, quando houve o movimento para a implementação de uma base econômica no país, a maior parte das atividades foram centradas no sul, fazendo da região o polo econômico de Moçambique (CHICHAVA, 2008). Apesar das represálias e acusações, a FRELIMO permaneceu a frente da luta anticolonial de Moçambique, conquistando em 1975 a independência de Moçambicana.

No período posterior a independência de Moçambique, segundo Carbone, a FRELIMO passou a governar o país seguindo uma linha marxista-leninista, que trouxe uma série de medidas repressivas para a sociedade; seu argumento era que para criar uma nação era “preciso matar a tribo” (CHICHAVA, 2008, P. 7). Nesse sentido, baseado na criação de um “homem novo”, o partido passou a negar,

todo o tipo de diversidade: religiosa, étnica, racial, política, linguística, social, entre outras [...] e era feita em nome de uma ideologia que defendia a criação do “Homem Novo”, o qual devia estar livre dos seus “maus hábitos”, que punham em causa a

⁴⁰O Tribalismo segundo Chichava: “O tribalismo, que à semelhança de todos os ‘ismos’ tem uma conotação ou carga negativa, seria a exclusão dos que não pertencem à nossa tribo ou etnia, marginalizando-os ou excluindo-os. O tribalismo seria a instrumentalização ou manipulação das identidades étnicas com vistas a tirar certos benefícios. Mas o tribalismo não pode ser visto apenas do lado negativo. Como afirma Christian Coulon, ele pode também constituir o veículo de reivindicações populares e, frequentemente, provocar paixões coletivas” (CHICHAVA, 2008, p. 3)

moçambicanidade. Assim, a língua portuguesa foi utilizada como um dos veículos importantes para construir a identidade nacional, marginalizando-se completamente as línguas locais, de tal sorte que foi interdito aos alunos falar as línguas locais nas escolas. Anúncios que tornavam obrigatória a língua portuguesa nas instituições públicas foram colados. Os nomes das regiões e clubes desportivos com conotação étnico-regionais foram abolidos. Foram os casos, por exemplo, da antiga circunscrição dos Muchopes na província de Gaza, que tornou-se Manjacaze, e da dos macondes, em Cabo Delgado, que passou a designar-se por Mueda. Não havia macuas, machanganes, wayaos ou macondes, havia apenas moçambicanos. (CHICHAVA, 2008, p. 7-8)

A crescente discordância de indivíduos de dentro do país para com a FRELIMO resultou na emergência de uma frente de oposição a Resistência Nacional de Moçambique – RENAMO, esta teve sua mobilização inicial na Rodésia do Sul, passando a ser formada em sua maioria por moçambicanos do centro (CHICHAVA, 2008). A frente possuía ideais liberais, e em 1977, essa diferença de ideais juntando-se a outros aspectos, resultou na Guerra Civil de Moçambique, que durou cerca de 15 anos, cessando em 1992, por meio do Acordo Geral de Paz de Moçambique (AGP). Segundo Bergh (2009), a Guerra Civil deixou um saldo de um milhão de mortos e muitos outros de refugiados e deslocados, a RENAMO usou de uma energia brutal para atacar a FRELIMO e seu sistema. Contudo, quem mais sofreu foi a população,

A estratégia da Renamo era atacar pessoas com o objectivo de as forçar a retirar o apoio ao governo da Frelimo. O resultado foi que aldeias, escolas e hospitais eram considerados alvos legítimos, destruindo as realizações da Frelimo, criando medo e trazendo o caos ao país. Embora a Renamo ganhasse a reputação de uma extrema brutalidade, também conseguiu aproveitar-se do descontentamento em relação ao regime da Frelimo, especialmente no Norte e no Centro de Moçambique, onde autoritários governadores da Frelimo tinham perdido apoio popular. (BERGH, 2009, p. 13)

Os motivos que levaram e alimentaram a guerra civil moçambicana, segundo Lundin (2011), pode ser analisada por duas visões: a da RENAMO que acreditava que as causas e motivações do conflito eram internas, repousava na discordância com a ideologia e política pregada pelo governo da FRELIMO; quanto a FRELIMO, as causas da guerra seriam externas, a Rodésia do Sul, África do sul e EUA eram países que apoiavam a RENAMO, para a FRELIMO um fator importante era a preocupação ideológica que esses países tinham, já que vivia-se o período da Guerra Fria, é interessante notar a relevância desse momento que polarizou o mundo, influenciando e dando suporte a conflitos armado em diversos países (LUNDIN, 2011). Lundin defende uma análise reconhecendo ambas as visões, propõe que as causas e motivações da guerra civil de Moçambique foram multifacetadas (LUNDIN, 2011).

No decorrer da guerra civil, segundo Lituri (2012), podemos destacar os seguintes acontecimentos: em 1984 foram assinados pela África do Sul e Moçambique os Acordos de

Nkomáti, que previa a retirada do apoio fornecido por ambos os países as frentes: da África do Sul para a RENAMO e de Moçambique para a CNA – Congresso Nacional Africano, movimento sul-africano, contudo a África do Sul não retirou totalmente seu apoio a RENAMO; em 1986 ocorreu um acidente aéreo que matou o primeiro presidente de Moçambique Samora Moisés Machel, assumindo Joaquim Alberto Chissano; em 1987 ocorreram assassinatos em duas comunidades, Homóine e de Manjacaze, considerados os maiores massacres da guerra; em 1989, o fim da Guerra Fria com a queda da URSS enfraqueceu a guerra civil de Moçambique, as frentes se disponibilizaram para estabelecer um diálogo; em 1990 a FRELIMO revisou e mudou a constituição, mudando o sistema do país de monopartidário para pluripartidário, ela

Consagrava o pluralismo social, político e económico [...] No entanto, para evitar a emergência de partidos étnico-regionais, a Frelimo inscreveu na lei que, para ser legalizado, cada partido devia ter um mínimo de assinaturas em cada província. Também, a constituição proíbe partidos em bases étnicas ou regionais. (CHICHAVA, 2008, p. 10)

Também teve se início às negociações entre as duas frentes para cessar, definitivamente, a guerra civil. Em 1992 é assinado o do Acordo Geral de Paz de Moçambique, que guiou as relações dentro do país para alcançar a paz. (LITURI, 2012).

A conclusão da Guerra Civil de Moçambique veio com assinatura do Acordo Geral de Paz de Moçambique, ou Acordo de Roma; esse acordo buscava estabelecer mecanismos que promovessem uma paz duradora e a democracia na sociedade moçambicana, por meio de um processo de reconciliação e pacificação social nacional. O Acordo de Roma foi assinado pelos líderes da FRELIMO e RENAMO, Joaquim Alberto Chissano, no período presidente de Moçambique, e Afonso Macacho Marceta Dhlakama, em 1992, em Roma, com a presença do governo italiano, com um total de sete protocolos. Do acordo podemos destacar a “implementação da democracia multipartidária”, “reintegração social”, “liberdade de imprensa, expressão, manifestação, livre circulação”, “garantia de um processo eleitoral justo”, “formação das forças armadas de Moçambique”, “financiamento externo – doadores” e “o acordo para o cessar-fogo imediato”, além da formação de comissões internacionais para a supervisão e execução do acordo. Conta também com os seguintes itens: Comunicado Conjunto, Acordo, Declaração Conjunta, Declaração do Governo da República de Moçambique e da RENAMO Sobre os Princípios Orientadores da Ajuda Humanitária, Protocolo, duas atas (fazendo referência à alteração da ordem da agenda acordada e ao comprometimento das partes em implementar as medidas acordadas), a Lei nº 14/92 (diz respeito alteração da lei nº 7/91 que trata das disposições das competências e direitos do partido) e a Lei nº 15/92 (faz menção a lei da anistia). Através da declaração conjunta os

líderes reconhecem “o alcance da paz, da democracia, e da unidade nacional, baseada na reconciliação nacional, é o maior anseio e desejo do povo moçambicano” (Lei 13/92, Boletim da República, 1992, p. 19).

Após a abertura partidária em Moçambique ocorreram eleições em 1994, 1999, 2004, 2009, e 2014, em praticamente todas, apesar da existência de partidos menores, apenas dois eram os mais relevantes na disputa para a governança do país, a FRELIMO e a RENAMO – já então registrada como partido político, sendo os candidatos da FRELIMO vitoriosos em todas, para a posição de presidente (CARBONE, 2008).

Após o acordo o país recebeu ajuda financeira e de logística de diversas organizações e países. A IDA – International Development Association (Associação Internacional de Desenvolvimento, que faz parte do Banco Mundial⁴¹) uma das organizações que cooperou com o país na sua reestruturação, nos traz uma visão positiva sobre o cenário pós-conflito, apesar de análises mais recentes nos mostrarem um aumento de desemprego, desigualdades sociais entre outros em Moçambique, sendo explanado mais a frente. A IDA fez uma breve análise sobre o desempenho de Moçambique no pós-conflito, acentuando seu desenvolvimento econômico, social e humano. De acordo com a IDA (2007), em Moçambique houve casos de sucesso em diversas áreas, como na gestão de desastres ecológicos, na educação, no transporte, nos recursos hídricos, dentre outros. Temos também a redução da dívida externa e de pessoas abaixo da linha da pobreza, um aumento no PIB, e redução da inflação, houve investimentos e melhorias feitas no setor exportador. No geral Moçambique teve um crescimento de 8% ao ano durante os 10 anos após o pós-conflito, contudo há ainda muitas esferas que não foram contempladas e desafios a serem superados (IDA, 2007).

2.1.1 Moçambique: conjuntura e adversidades atuais

Lundin (2011) traz um panorama sobre a situação do país atualmente nas principais esferas. Na política, para Lundin, em 2005 uma nova realidade política trouxe ao país o clima de insegurança e desconfiança entre os partidos RENAMO e FRELIMO. Com uma política diferenciada o presidente eleito em 2004 – Armando Emílio Guebuza – estabeleceu uma relação diferente da qual o presidente anterior – Joaquim Alberto Chissano – tinha, a qual era fundamental para reafirmar o trabalho em conjunto e o diálogo com a RENAMO - que está

⁴¹ Site: <http://ida.worldbank.org/>

perdendo espaço e apoio dentro do parlamento e da sociedade. A RENAMO que acusa as eleições de manipuladas e fraudadas; manifestações foram feitas e tentativas de boicotes, atualmente o partido resiste ao resultado das eleições de 2014 (DW ÁFRICA, 2014; BECK, 2016). O país, desde o ano de 2013, vive um período de instabilidade política e social (DW ÁFRICA, 2014; BECK, 2016).

Na economia, Lundin afirma que Moçambique sofre com a desigualdade e falta de oportunidade, e o sistema de liberalização econômica só aumenta a desigualdades entre as classes *“on the one side, those having a lot, represented by the elite holding political power; on the other side, those having little or nothing, representing by the majority of the citizens, including the members of the opposition”* (LUNDIN, 2011, p. 25)⁴², ou seja, a acentuação da desigualdade, uma pequena parte possui muito, representada pela classe política, e os que pouco ou nada tem, representa a maioria moçambicana ou a oposição (esta veio perdendo espaço e apoio recentemente, o que explica a sua inclusão aqui), e isso influencia diretamente no aumento da criminalidade no país – incluindo o fato de ainda haver um alto número de armas de pequeno porte disponível, que contribui, assim supõem-se, para que os crimes realizados sejam feitos de forma violenta (LUNDIN, 2011), além do aumento de problemas como a fome, desemprego, pobreza. No tocante a relação norte, centro e sul, *“the current economic situation is also crystallising regional inequalities in terms of development”* (LUNDIN, 2011, p 26)⁴³, destaca-se a ainda predominante prevalência do sul como destino de recursos econômicos, antes exposta como possível fator para descontentamentos que levaram a guerra civil, podendo assim, motivar novo(s) conflitos armados (LUNDIN, 2011).

Bergh (2009) aprofunda a influência do econômico no político:

“a inclusão não é só uma questão de democracia, multipartidária ou outra; é uma questão de oportunidades iguais e governação para todos. [...] Fome e desigualdade minam a credibilidade do actual sistema democrático. No sistema de livre mercado só um pequeno grupo colhe benefício (BERGH, 2009, p 127).

O desenvolvimento que havia sido vislumbrado para Moçambique em 1992, não aconteceu como se esperava. Desde 2013 o país sofre com o clima de instabilidade entre os partidos RENAMO e FRELIMO, ações e reações violentas estão sucedendo no país:

A situação endurecia gradativamente a ponto de alguns grupos dentro dos dois partidos pedirem (mais) espaço na vida política e econômica, e para os líderes (Chissano e Dhlakama) para renovarem o abraço de Paz: o caso de alguns

⁴² “de um lado, aqueles que têm muito, representadas pela elite que detêm o poder político; do outro lado, aqueles que pouco ou nada têm, representada pela maioria dos cidadãos, incluindo os membros da oposição” (LUNDIN, 2011, p. 25, tradução nossa)

⁴³ “a atual situação econômica cristaliza também as desigualdade regional em termos de desenvolvimento” (LUNDIN, 2011, p 26, tradução nossa)

combatentes mais velhos de ambos os lados é uma ilustração. Entretanto, o discurso aberto e reconciliador do período 1992-1995 passou a ser endurecido em ambos os lados, aparentemente para agradar a grupos internos; e produziu um impasse depois de 2005 que se agravou a tal ponto que conduziu o País de volta às armas em Março de 2013 (LUNDIN, 2014, p. 6).

A situação em Moçambique mudou gradativamente com a mudança de política adotada pelo presidente Guebuza; este estabeleceu uma relação diferenciada com a RENAMO, que antes tinha maior espaço na política. Na relação com Guebuza já não possuía tanta abertura no diálogo político, somando-se a relativa perda de apoio da população e com saída de líderes influentes, como Raul Domingos, perdendo assim um considerável espaço e relevância no cenário político e social moçambicano. Com a diminuição da confiança entre os partidos, a RENAMO deu início a ações ofensivas e violentas, contudo pode-se perceber um enfraquecimento do partido visto que, além de protestos pedindo pela paz e a um diálogo, o apoio, citado anteriormente, recebido não é o mesmo do período da guerra civil tanto externo como interno (LUNDIN, 2014).

Segundo Lundin, Moçambique sofre atualmente com desafios que se assemelham aos antigos: “*small weapons at large, social injustice, unemployment, regional asymmetry, and a weak State*” (LUNDIN, 2011, p. 27)⁴⁴. Porém, novos desafios surgiram desde 1992, e cinco desafios, que poderiam acarretar a um conflito armado novamente, foram identificados como “*constants allegation of fraud by the opposition in the elections; the economic exclusion and the regional asymmetry in terms of development; corruption; the RENAMO armed men; and the lack of incentives to the demobilized soldiers that are apparently marginalized (Ibid.)*” (LUNDIN, 2011, p. 27)⁴⁵.

Para Bergh as questões se resumem em “consolidar a democracia e combater a pobreza são os desafios do momento” (BERGH, 2009, p. 132). Apesar destes desafios, boa parte da sociedade moçambicana clama ao governo por um diálogo e por medidas que solucionem esses problemas e evitem novos conflitos (LUNDIN, 2011).

2.2. O Processo De Pacificação Social

Bergh (2009) traz uma visão voltada para a interação entre os líderes dos movimentos e a sociedade moçambicana, “a interação entre os dirigentes e uma sociedade

⁴⁴ “pequenas armas em geral, injustiça social, o desemprego, a assimetria regional, e um Estado fraco” (LUNDIN, 2011, p. 27, tradução nossa)

⁴⁵ “Constantes alegação de fraude pela oposição nas eleições; a exclusão económica regional e a assimetria em termos de desenvolvimento; corrupção; os homens armados da RENAMO; e a falta de incentivos para os soldados desmobilizados que são, aparentemente, marginalizados (ibid) (LUNDIN, 2011, p. 27, tradução nossa).

civil ansiosa por paz, dois movimentos político-militares com uma profunda desconfiança mútua, e uma hoste de organizações estrangeiras e internacionais ansiosas por evitar o regresso a uma atroz guerra civil” (BERGH, 2009, p. 9), como citado anteriormente, Moçambique atualmente vive um período de instabilidade, os dois maiores partidos – RENAMO e FRELIMO - tiveram momentos de confronto novamente. Apesar disto, pudemos observar o clamor da sociedade na retomada de um diálogo que leve a paz novamente para o país.

Segundo Bergh o processo de pacificação social em Moçambique teve um grande apoio externo, houve uma ampla mobilização na preparação para a realização dos procedimentos restaurativos e integrativos – diálogo, reconciliação e outros, os moçambicanos ansiavam pela restauração do seu país e todos deveriam estar incluídos neste processo “queriam reconstruir o país sem olhar para trás e queriam incluir todos os moçambicanos na reconstrução” (BERGH, 2009, p. 10).

O envolvimento das igrejas é considerado crucial nas negociações e conversações entre a FRELIMO e a RENAMO, que começaram em 1989, por intermédio dos líderes religiosos, mas já havia uma predisposição da igreja em ajudar as vítimas e no combate a guerra civil desde 1984, quando o Conselho Cristão de Moçambique criou a Comissão de Justiça, Paz e Reconciliação (BERGH, 2009). Segundo Bergh, a igreja não apoiava as ações violentas da RENAMO no país, contudo houve maior abertura para diálogo com ela, uma vez que o governo da FRELIMO tinha e pregava princípios ateístas, contrários aos das igrejas.

A princípio as frentes resistiram a um encontro para dialogar, assim, a igreja católica, servindo como um canal para as negociações, entre a RENAMO e FRELIMO, contou com a colaboração de outras religiões para a reconciliação em Moçambique, bem como realizou ajuda humanitária durante e no pós-guerra civil (GERECHT, 2015). Segundo Gerech, inicialmente o envolvimento da igreja foi por meio de cartas, discursos e pressão ao governo para se tomarem medidas para acabar com a guerra por meios pacíficos. Apesar da resistência das frentes houve a disposição de ambas para a abertura de um diálogo que ocorria através de líderes religiosos que mais tarde foram substituídos pelos países do Quênia e Zimbábue. Mas foi apenas em 1990, quando as negociações foram encaminhadas para Roma, é que as lideranças das frentes se encontraram diretamente, destacando-se o esforço, além da comunidade religiosa, da comunidade internacional, como o governo italiano e o apoio financeiro de outros países, para as negociações (GERECHT, 2015). Em 1990 foram realizadas as primeiras negociações entre os representantes das partes, Armando Guebuza

(atual presidente de Moçambique) e Raul Domingos diretamente, com a presença de observadores formais e informais e dos mediadores (GERECHT, 2015). As negociações culminaram em 1992, no já citado, Acordo Geral de Paz.

O Acordo Geral de Paz moçambicano é considerado um caso de sucesso que não teria sido possível sem o engajamento de múltiplos atores, formais e informais, que colaboraram de forma coordenada na busca pela paz. Durante todo o período de negociação, as igrejas moçambicanas trabalharam conjuntamente com a sociedade civil, procurando favorecer o diálogo e eliminar desconfianças recíprocas. (GERECHT, 2015, p. 70)

Os líderes religiosos adotaram para si a responsabilidade de preparar a população para aceitar e integrar o considerado inimigo, com a educação cívica a nível nacional, provincial e regional temas como a democracia, paz, reconciliação e o perdão foram trabalhados através de seminários, oficinas, reuniões, espaços que serviam para, além de tratar estes temas, informar sobre os novos processos políticos do país e sua situação:

Os programas incluíam séries de seminários a nível nacional, regional e provincial, nos quais líderes provinciais, membros e activistas eram treinados para informar e envolver a população local. Os temas estavam relacionados com o conteúdo do acordo de paz, com a explicação dos novos direitos tais como o de livre circulação, o processo de reconciliação, aceitação do antigo inimigo e cooperação com ele, e o novo sistema multi-partidário (BERGH, 2009, p. 64)

Além da atuação das igrejas, temos a ajuda externa que foi de extrema importância em diversas questões (financeira, logística, informativa). A AWEPA (Associação dos Parlamentares Europeus Ocidentais para a África), neste quesito ajudou a promover espaços de diálogo para a população falar e ouvir sobre a real situação do país, *“a nova situação precisava de ser discutida; era necessário falar de paz, tolerância, liberdade de circulação, respeito por opiniões diferentes e respeito pelos direitos humanos. Era necessário explicar o novo sistema político, a democracia, os partidos políticos e a votação”* (BERGH, 2009, p. 65); tão importante quanto, as tropas para a manutenção da paz da Operação das Nações Unidas em Moçambique – ONUMOZ, que teve por função supervisionar o cumprimento do acordo e dar suporte ao processo de pacificação - a missão finalizou-se em 1994 com as eleições - e muitas outras instituições externas e internas – organização das mulheres (OMM), da juventude (OJM), e o sindicato de Moçambique (OTM) – fizeram parte e contribuíram para o processo de paz em Moçambique (BERGH, 2009).

A educação cívica durante a transição tinha sido um sucesso, não apenas por causa da curiosidade da população, mas, sobretudo graças às estruturas de nível nacional das igrejas e das chamadas ‘organizações democráticas de massas’ para mulheres, (OMM), juventude (OJM) e sindicatos organizados (OTM). (BERGH, 2009, p. 105)

No tocante a reinserção de ex-combatentes e refugiados à sociedade, temos o desarmamento e a reintegração como parte fundamental do processo de pacificação. A

ONUMOZ ajudou no desarmamento, recolhendo armas e desmobilizando os ex-soldados da RENAMO, estes tinham por opção se agregar na criação das forças armadas nacionais ou voltar para suas comunidades, as armas recolhidas eram entregues para fazerem parte das forças armadas ou eram destruídas (LEÃO). Contudo, apesar dos resultados positivos da missão da ONU, Leão coloca que houve falhas nesta categoria: o desarmamento feito pela ONUMOZ recolheu uma quantidade de armas inferior a real quantidade existente, deixando ainda um grande contingente, e isto pode ter gerado outro problema, o aumento da criminalidade. Neste momento destacamos as iniciativas internas necessárias para o combate dessa criminalidade que, segundo Leão, tinha relação com a ainda grande quantidade de armas disponíveis e o desemprego, desta forma foram duas as iniciativas criadas para dar continuidade ao desarmamento em Moçambique: a Operação Rachel e o Projeto TAE (Transformação de Armas em Enxadas). A Operação Rachel foi uma parceria/cooperação do governo moçambicano e sul-africano. A África do Sul também lidava com o aumento da criminalidade e acreditava que as armas utilizadas nos atos adviriam de Moçambique, com o intuito de realizar ações para acabarem com o mercado dessas armas entre os dois países, foi criada em 1995 e obteve resultados positivos, além da destruição de mais de 600 esconderijos, houve aproximação nas relações entre Moçambique e África do Sul (LEÃO).

A Operação Rachel estabeleceu as fundações para a posterior cooperação entre os dois países. As operações são prova de que ressentimentos históricos podem ser ultrapassados; que operações conjuntas podem ser um veículo potente para a edificação de capacidades; que objetivos comuns podem ser um fator de motivação importante; que a vontade política é fundamental para ultrapassar certos constrangimentos; e que pessoas com as mesmas ideias existem de ambos os lados das fronteiras. Claramente, operações do tipo Rachel podem contribuir fortemente para a edificação da paz na região (LEÃO, p. 18).

A Operação TAE foi um projeto desenvolvido pelo Conselho Cristão de Moçambique em 1995, e tinha por objetivo recolher armas e promover à reintegração dos indivíduos a sociedade, ele trocava armas por instrumentos para trabalhos, trabalhava em conjunto com a Operação Rachel direcionando as armas recolhidas para posterior destruição (LEÃO; PUREZA et. al, 2007). O projeto TAE, segundo LEÃO “ *já tinha trocado 795.856 chapas de zinco, 1.808 bicicletas, 674 máquinas de costura, 1 tractor, 2.969 enxadas, 532 arados, 202 portas, 402 janelas, 78 utensílios de cozinha, 68 facas de cortar capim e 600Kg de diferentes sementes por 200.000 armas e munições*” (LEÃO, p. 20-21). Ainda para Pureza, Simões, José e Marcelino (2007) o projeto “*transformação de armas em enxadas' implica, no entanto, uma actuação mais ampla de divulgação e sensibilização comunitária, envolvendo as mais diversas estratégias (palestras, seminários, teatro, pintura, escultura, etc)*” (PUREZA, SIMÕES, JOSÉ, MARCELINO, 2007, p. 30).

Além da TAE, que ajudou na reintegração dos ex-soldados temos também a iniciativa do governo de fornecer roupas e uma quantia mensal em dinheiro (entre sete e cinquenta e dois dólares) por dois anos, o que ajudou a reintegração desses indivíduos na sociedade; quanto aos refugiados, muitos voltaram por conta própria, contudo a ACNUR foi um dos organismos responsáveis pela reinserção desses indivíduos à sociedade. (BERGH, 2009, p. 58-59-60-61).

O período de transição acabou com as primeiras eleições, em 1994, eleições essas que estavam marcadas para 1993, contudo foi necessário mais tempo para organizar a sociedade pós-conflito de Moçambique. Esse atraso se deu principalmente pelo fato de que deveria haver unanimidade entre os tomadores de decisão, dentro da CNE (Comissão Nacional de Eleições), quanto ao processo eleitoral, o que levava algum tempo. No entanto, esse adiamento foi considerado essencial para a reestruturação e preparação da sociedade moçambicana, considerada um sucesso, as eleições levaram a participação de uma grande massa a votar (BERGH, 2009).

Nada foi simples durante a preparação das eleições. Aconteceu de tudo, desde desconfiança, erros, dificuldades e atrasos. O ano extra que foi concedido para o período de transição deu tempo para solucionar as coisas mais difíceis, e isso foi fundamental. A tomada de decisões baseadas no consenso total na CNE atrasou o processo [...] Mas criou uma base sólida para a implementação do sistema eleitoral [...] as eleições correram extremamente bem [...] Foram bem conduzidas e a participação dos eleitores foi enorme. A dedicação e honestidade dos funcionários eleitorais merece admiração, e os resultados reflectiram o desejo do povo: “o capim falou e os elefantes deviam ouvir (BERGH, 2009, p. 88).

O presidente eleito foi Joaquim Chissano, candidato da FRELIMO, houve um equilíbrio entre os 250 cargos parlamentares (assentos: 129 FRELIMO, 112 RENAMO, e 9 UD); é interessante colocar a crescente representação das mulheres no cenário político que, dos 250 assentos, 62 eram ocupados por mulheres (bem mais que no Brasil da época, que de 530 assentos, 42 eram ocupados por mulheres); apesar das dificuldades e pouca experiência dos parlamentares quanto ao novo processo político, observou-se um grande esforço de todos para fazer um bom trabalho para a população e nação moçambicana (BERGH, 2009).

Outro aspecto referente a nova agenda da construção da paz e promoção da democracia a ser seguida foi a descentralização. Maschietto (2016) faz uma análise acerca da descentralização e governança local em Moçambique, considerando estes aspectos como parte de um processo de construção de paz. É interessante ressaltar que, para a autora, este processo, se bem desenvolvido promove o empoderamento: a comunidade aumenta a representatividade local, diminui a desigualdade, promove a participação política, por

consequência, a democracia.

Entretanto, a forma que foi implementada a descentralização das responsabilidades e a governança local não promoveu estes resultados. Segundo Maschietto, a implementação da descentralização em Moçambique sofreu pressão dos apoiadores externos, e teve o centralismo como desafio – sendo a FRELIMO o único partido a governar o país desde sua independência, que em vez de criar uma sociedade civil forte e diminuir a expressividade do governo “[...] *the outcome of decentralisation in Mozambique has been the opposite of what was expected [...] whose official concern was the ‘strengthening of civil society’ and the attenuation of the ‘excessive and imposing’ role of the state*” (MASCHIETTO, 2016, p. 110)⁴⁶. A autora faz menção ao tipo de sistema que o país possui quanto à descentralização, sendo dois, as províncias e distritos possuem seus representantes designados pelo governo, e os municípios têm seus representantes escolhidos através do voto popular de cinco em cinco anos, possuindo relativa autonomia na governança (MASCHIETTO, 2016).

A forma que a agenda da descentralização foi implementada não teve os resultados desejados, diferente da ampliação da diversidade no cenário político, reforçou a influência e dominância da FRELIMO no país (MASCHIETTO, 2016). Em Moçambique, segundo Maschietto, não existem mecanismos de representação popular, mas há os chamados Conselhos Locais, os quais servem de referência para consultar as demandas da população local, contudo, estes também não possuem uma boa representação do local. Pois, da seleção dos representantes dos Conselhos Locais, essas são feitas através de convites, voluntariados etc e a comunidade vota em uma reunião, contudo de acordo com Maschietto, a escolha sofre interferência do governo, no qual, na pré-seleção, escolhe pessoas de sua confiança para concorrer aos cargos. Sendo assim, para alguns moçambicanos “*it was not a participatory process*”, além da fraca integração entre os conselhos e seus representantes e a comunidade, os Conselhos Locais são muitas vezes vistos como “*the councils are often perceived to be linked more with the ‘structure’—i.e., the government—than with the community*” (MASCHIETTO, 2016, p. 113-115).⁴⁷ Para concluir, a autora, chega à conclusão que as principais dificuldades enfrentadas pela agenda de descentralização e governança local em Moçambique repousam no:

⁴⁶ “[...] O resultado da descentralização em Moçambique tem-se o oposto do que se esperava [...]cuja a preocupação oficial era o "Reforço da sociedade civil" e a atenuação do papel "excessivo e imponente" do Estado” (MASCHIETTO, 2016, p. 110, tradução nossa)

⁴⁷ “não foi um processo participativo” [...] “Muitas vezes, os conselhos são percebidos a ser mais ligado com a estrutura —ex., o governo—do que com a comunidade” (MASCHIETTO, 2016, p. 113-115, tradução nossa)

the fact that the main policy to promote bottom-up governance dynamics has come from the top down, a problem that pervades peace-building activities more generally, in particular state-building reforms. This contradiction is key because, ultimately, the 'top' is usually interested in retaining power instead of redistributing it, especially in the case of post-war scenarios, where there is still deep mistrust among the main political forces (MASCHIETTO, 2016, p. 115)⁴⁸

E que: *“In this context, the local councils represent a middle-ground solution that enables the government to claim that local participation is increasing in governance matters, but without compromising the actual power chain”* (MASCHIETTO, 2016, p. 115).⁴⁹

O processo de Reconciliação em Moçambique repousa na conjuntura política e social que começa nas negociações em Roma e continua durante e após o período transicional, enfim em um processo que estabeleceu e seguiu uma agenda para paz que sustentou um processo de pacificação social. Um processo no qual buscou instaurar uma base social e psicossocial sólida em Moçambique para alcançar uma paz duradoura.

De acordo com Bergh e os depoimentos trazidos em seu livro quanto ao processo de reconciliação, pode se entendê-lo como um processo que exigiu das pessoas tolerância e renúncia de um passado doloroso. As pessoas foram preparadas, mostraram-lhes que para alcançar a paz devia-se abdicar da punição, “esquecer” por um bem maior, a paz. No processo de reconciliação destacam-se, das atuações internas, as igrejas e as organizações de massa que fizeram um forte trabalho com campanhas, seminários e oficinas, nas quais tratavam se temas como o perdão, aceitação, reconciliação, tolerância; a educação cívica informava a população dos processos da agenda para paz e as mudanças no sistema político (BERGH, 2009). Construindo assim uma mentalidade para a cultura de paz.

De acordo com Bueno (2015), o processo de reconciliação repousa em dois aspectos: a Lei da anistia e os rituais tribais. Para a autora esses aspectos criam a dinâmica “esquecer vs lembrar”. Segundo Bueno, a anistia geral concedida “refletiu a escolha política por 'enterrar o passado', impondo uma lei de silêncio e, de certa forma, impedindo que a vítimas pudessem declarar seus sofrimentos e recuperar sua dignidade”, contudo os rituais tribais “contrariam a proposta da anistia do 'viver e esquecer' e engendram o desafio do espaço compartilhado onde

⁴⁸ o fato de a principal política para promover dinâmicas de governação ascendente veio de cima para baixo, um problema que permeia as atividades de construção da paz de modo mais geral, especialmente em reformas de construção do Estado. Esta contradição é fundamental, porque, em última análise, o top, normalmente está interessado em reter poder em vez de redistribuir, especialmente no caso de cenários pós-conflitos, quando ainda são profundas as desconfianças entre as principais forças políticas (MASCHIETTO, 2016, p. 115, tradução nossa)

⁴⁹ “Nesse contexto, conselhos locais representam soluções de meio-termo que permite ao governo reivindicar que uma crescente participação local em matéria de governança, mas sem comprometer a cadeia atual de poder” (MASCHIETTO, 2016, p. 115, tradução nossa).

indivíduos e comunidades podem reencontrar-se com o passado, lembrando-o e transformando-o” (BUENO, 2015, p. 13)

Os rituais tribais ou de purificação são apresentados por Cabral (2006), que explica quão importantes foram esses rituais para a reintegração, reconciliação e restabelecimento dos ex-combatentes, principalmente das crianças-soldados que foram raptadas e forçadas (por ambas as frentes) a se tornarem combatentes. Cabral levanta quais os motivos e impactos dessas experiências na vida dessas crianças, mostrando sua capacidade de resiliência. Contudo, não nos ateremos a este estudo em específico, mas aos processos de purificação, exposto nele para o processo de reconciliação e reinserção desses indivíduos na sociedade. Os processos tribais tem papel forte na cultura tradicional moçambicana:

Os diversos modelos da sociedade moçambicana têm em comum a concepção da existência de um relacionamento social íntimo e permanente entre os humanos vivos e os espíritos dos humanos mortos, e a concepção derivada de que é através da manutenção estável e harmoniosa desta relação que se mantém a harmonia – ou a ‘normalidade’ – no mundo dos vivos (CABRAL, 2006, p. 144),

Eles foram fundamentais para que houvesse o convívio harmonioso no pós-guerra, sua forte crença nos efeitos negativos que podem ser acarretados do desequilíbrio dessa relação contribuiu para uma maior tolerância e para perdoar os envolvidos em ofensas, desde que esses passassem por um ritual de purificação e reconciliação com os que lhes foi tirado as vidas, já que os espíritos “*pode(m) tanto ajudar como afligir os vivos*”; um conflito ou atos de violência que provocam mortes promovem a “*contaminação espiritual*” e qualquer um pode esta sujeito a ela, basta que adentre ou passe por estes locais (CABRAL, 2006, p. 144-145).

Os curandeiros ou médicos tradicionais ou ainda *tinyanga* (nascem com este dom, para esta vocação) são os únicos que tem autoridade para realizar tais rituais, Dos rituais existentes, e das adaptações que podem sofrer para cada caso, o que mais foram utilizados no processo de reintegração são o *kuhlapsa*, “a submissão ao *kuhlapsa* é um modo de melhorar a imagem pessoal aos olhos da família e do colectivo social, de admitir algumas culpas e ao mesmo tempo pedir o perdão e a aceitação do retorno” (CABRAL, 2006, p. 147). Este é um processo que pode ser resumido, por Lundin, para fácil entendimento, em três etapas: 1) após identificar o problema por adivinhação e negociação com espíritos, o curandeiro faz um medicamento com ervas, e o indivíduo a ser purificado se banha com ele, assim o limpando e separando-o das identidades de ofensor para o renascimento com uma nova identidade purificada, 2) em sequência temos a comunicação e o agradecimento aos antepassados que o indivíduo retornou para casa, e 3) há a reconciliação do indivíduo com suas vítimas através do curandeiro, ele pede perdão, reconhecendo sua responsabilidade, e se reparando através de

compensações, que podem ser dinheiro ou bens materiais (LUNDIN, 2004p. 18), segundo Cabral, “o ritual de purificação actua em três vertentes: reabilitação, reintegração e reconciliação” (CABRAL, 2006, p. 149).

Cabral considera a memória importante fator em um processo de restauração pós-conflito, pois permite a reflexão sobre o passado. Nos rituais não temos a presença de um diálogo que envolva a todos, ou alguns, para se falar sobre o passado e as memórias dos atos violentos cometidos pelos que procuram o ritual. Contudo, os possuidores de tais experiências são levados a fazerem uma autorreflexão sobre seu envolvimento na guerra, assim:

Ao obrigar as pessoas a encararem a sua experiência de guerra (mesmo que apenas internamente), não as ancorar na dor do passado e não as tornar dependente dele. O ritual providenciou um modo de trabalhar essa dor, através da morte simbólica do ‘perpetrador’ e do seu posterior ‘renascimento’ purificado (CABRAL, 2006, p. 151).

Para Cabral, os rituais ajudaram no processo de reconciliação moçambicano, mas “não o constituiu na íntegra”, pois “a reconciliação é um processo aberto no tempo, e a sua evolução dependeu do esforço quotidiano de cada uma das partes envolvidas, não só no momento ritual como em todos os momentos posteriores do quotidiano” (CABRAL, 2006, p. 152).

Para Lundin, a reconciliação “*it constitutes a long process not only a succession of events. It has to be prepared before peace is achieved, by a common effort congregating all social actor’s*” (LUNDIN, 2004, p. 19)⁵⁰. Segundo Lundin (2004), além da estruturação e debate para uma cultura de paz, o processo de paz ocorrido em Moçambique, trouxe a importância dos processos tradicionais moçambicanos. A reintegração e aceitação de ex-soldados no retorno para suas famílias e comunidades vinham muitas vezes através de um processo de reconciliação tribal africano, no qual o perdão e cura eram lhes fornecido (LUNDIN, 2004).

Diverse types of healing are still taking place all around the country. Involving those directed instrumentalised by the war, the case of children, the youth and women, as well as those that have experienced or assisted brutal acts, with manifestation at present in terms of possessions. The procedures are following the African tradition [...]. (LUNDIN, 2004, p. 19)⁵¹

Diferente da África do Sul, Moçambique não criou uma Comissão da Verdade e

⁵⁰ “que constitui um processo longo, não só uma sucessão de acontecimentos. Tem que ser preparado antes de alcançada a paz, por um esforço comum reunindo todos os atores sociais” (LUNDIN, 2004, p. 19, tradução nossa).

⁵¹ Diversos tipos de cura ainda estão ocorrendo em todo o país. Envolvendo aqueles diretos instrumentalizados pela guerra, no caso das crianças, os jovens e as mulheres, bem como aqueles que têm experimentado ou assistido a atos brutais, com a manifestação atualmente em termos de posses. Os procedimentos estão seguindo a tradição Africana [...]. (LUNDIN, 2004, p. 19, tradução nossa)

Reconciliação, para eles “*the major argument was that the African culture functions under a principle of forgiveness not confrontation, and such a commission would open wounds of war already in the process of healing*” (LUNDIN, 2004, p. 16)⁵², falar sobre as atrocidades da guerra era colocar culpados, fazer julgamentos,

[...] ninguém pediu julgamentos em Moçambique. Não havia punições, nem sequer identificação sistemática de crimes de guerra. [...] Não havia conversas em público sobre o que tinha acontecido, nenhum rancor visível, apenas olhar em frente. Mas, como as pessoas diziam “a dor não está esquecida”, e “não se fala do mal em voz alta porque ele pode voltar”. As cerimónias tradicionais na comunidade eram parte do processo de cura para aqueles que tinham cometido os crimes e para as suas comunidades, oferecendo perdão e aceitação. Mas entretanto, não foi prestada devida atenção às vítimas (BERGH, 2009, p. 129)

O processo de pacificação social conta, de acordo com Lundin, com uma interação entre o tradicional e o moderno (LUNDIN, 2004). Pode se assim, considerar que houve dois processos de reconciliação em Moçambique. Considera se tradicional o processo tribal que através de rituais com curandeiros, nos quais eram oferecidas a cura, o perdão, e a reconciliação; em paralelo, aqui interpretado, ocorria o processo de reconciliação moderno que com seminários e outras ferramentas eram trabalhados estes mesmos temas. Para uma reconciliação nacional é necessário o esforço de todos, a inclusão e o respeito de/a todos, através do estabelecimento de um espaço para o diálogo e a reflexão.

⁵² “o principal argumento era que a cultura africana tem suas funções sob um princípio de perdão e não de confronto, e tal comissão abriria as feridas de guerra já no processo de cura” (LUNDIN, 2004, p. 16, tradução nossa)

3. O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E A ABORDAGEM DA JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM ESTUDO COMPARATIVO

No capítulo final traz se o objetivo geral da pesquisa, a comparação, ou relação, entre o processo de pacificação de Moçambique e a Justiça Restaurativa. No primeiro tópico temos a Justiça Restaurativa, seus princípios, valores e procedimentos. Em sequência trouxemos a comparação entre os dois processos, levantando as principais semelhanças e diferenças entre eles. Por último temos as reflexões e sugestões acerca dessa relação, trazendo alguns resultados, assim considerados, do estudo comparativo.

3.1. Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa (JR) vem ganhando destaque como meio de resolução de conflitos a nível local e internacional. As práticas da JR dentro das abordagens dos Estudos de Paz estão se tornando uma arma poderosa para a diminuição da violência em diversas comunidades. Há casos de sucessos na Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Brasil dentre outros países. Com seus princípios voltados para reparação dos danos causados à vítima e à comunidade, e a reintegração do ofensor à sociedade, pautados sobre valores de equidade, respeito e reconstrução de relações. A JR promove o empoderamento por meio da informação, comunicação e controle, pois, apesar de conduzido por um facilitador, busca que a comunidade alcance a restauração por seus próprios meios (VITTO, 2005, p. 45). A Justiça Restaurativa pode ser definida, segundo Zehr, como:

[...] um processo para envolver, tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse em determinada ofensa, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de promover o restabelecimento das pessoas e endireitar as coisas, na medida do possível (ZEHR, 2012, p. 49)

Temos também a definição feita pela ONU (Organização das Nações Unidas) na resolução de 2002/12 de Processos Restaurativos,

[...] significa qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador. Os processos restaurativos podem incluir a mediação, a conciliação, a reunião familiar ou comunitária (*conferencing*) e círculos decisórios (*sentencing circles*).

A crescente aplicação das práticas restaurativas em comunidades brasileiras é visível: existem projetos desenvolvidos em comunidades escolares de Caxias do Sul, Porto Alegre e Fortaleza, dentre outros. O desenvolver das práticas restaurativas adaptando-as à realidade

vivida, e tornando os próprios alunos e funcionários em geral, atores empoderados para a construção de uma cultura de paz é o foco da JR dentro de comunidades escolares. De acordo com essa visão, as comunidades locais são o foco da justiça restaurativa, mas também essa ideia é utilizada nos processos de comissões da verdade e reconciliação de diversos países, em situação pós-conflito e de pós-transição do autoritarismo para a democracia,

essa nova forma de regulação social reafirma mais o conceito democrático de Estado, sob o ponto de vista participativo, e determina mais a responsabilidade frente à sociedade, mesmo quando há a quebra de um preceito de convivência social. Sendo uma integração do cidadão infrator, e uma forma para esse cidadão, mais responsável de reparar seus próprios erros (DIAS; MARTINS, 2011, p. 24).

Segundo Prudente (2010) as práticas restaurativas surgem como opção para a resolução de conflitos de forma pacífica, promovendo os Direitos humanos, a paz e fortalecendo o exercício da cidadania e democracia, “[...] a cidadania não é contestável sem a realização dos Direitos Humanos, da mesma forma que os Direitos Humanos não se concretizam sem o exercício da Democracia” (PRUDENTE, 2010, p. 90). Para Prudente “o modelo restaurativo [...] mostra-se uma esperança, uma luz no fim do túnel, não de resolver o problema da criminalidade, mas de reduzi-lo e dar um tratamento mais humanitário e justo aos seres humanos, em estrita observância aos Direitos humanos das partes envolvidas no conflito” (PRUDENTE, 2010, p. 94). De acordo com a lógica utilizada por Prudente, pode-se resumir em quatro os objetivos principais da JR: A Resolução de Conflito; a Prevenção de Conflitos; Inclusão Social; e a Paz Social (PRUDENTE, 2010). Prudente observa que, pela JR, há a chance dos indivíduos terem um tratamento digno e humanitário, deixando-os mais próximos de si mesmos, dos seus direitos e de sua comunidade para que possam assim construir uma Cultura de Paz.

As raízes da JR são antigas, e podem ser identificadas em rituais de tribos indígenas (ex. Maoris, Nova Zelândia). Contudo, o debate sobre JR aumentou na década de 1970 (ZEHR, 2012, p. 14). Um dos autores que ganharam destaque nesta área são Albert Eglash, por ter sido o primeiro autor a escrever e atribuir este nome a teoria em seu artigo *Beyond Restitution: Creative Restitution*, de 1977, e Howard Zehr aborda a teoria em seus livros *Trocando Lentes – Um Novo Foco sobre o crime e a Justiça* (2008) e *Justiça Restaurativa* (2012).

Zehr defende e promove o desenvolvimento do modelo JR nos sistemas penais e nas comunidades. Em seu livro *Trocando Lentes*, Zehr coloca um novo olhar sobre os conceitos de crime e justiça; Zehr vai além desses conceitos e nos propõem a refletir sobre o que enxergamos como realidade, para ele as “perspectivas históricas e transculturais nos ajudaram

a ver o quanto nossa visão do mundo é moldada pelas lentes específicas através das quais vemos esse mesmo mundo” (ZEHR, 2008, p.80). Através dessa reflexão, sobre com quais lentes vemos o mundo, ainda mais os conceitos de crime e justiça, nos tornamos abertos a novas abordagens, a construção e visualização de novos paradigmas. Zehr apresenta que com o tempo, todo paradigma passa por uma mudança ou perde espaço, dando lugar a outro; “o padrão dessas mudanças sugere um possível padrão para as mudanças paradigmáticas em geral” (ZEHR, 2008, p.86). Isso é o que vem ocorrendo com o atual modelo, a Justiça Retributiva, que vem apresentando falhas que com outras medidas (remendos) tentam repará-las, contudo a não mudança na lente não permite o sucesso do modelo. Segundo Zehr, a Justiça Retributiva e a Justiça Restaurativa não são modelos antagônicos, ambos pretendem “igualar o placar” entre a vítima e o ofensor, contudo por meios diferentes (ZEHR, 2012, p. 71).

Enquanto que para a Justiça Retributiva o crime é uma violação da lei, o lugar da vítima é assumido pelo Estado, e para “acertar as coisas” uma ação é movida para encontrar o ofensor, ressaltando a culpa, e o punido; nela a “dor é o elemento capaz de acertar as contas” (ZEHR, 2012, p. 72). Na Justiça Restaurativa (JR) o crime é uma violação as relações humanas, aos indivíduos. Na JR não busca lembrar-se de quem é a culpa, e sim procurar soluções para amenizar/reparar os danos sofridos pela vítima (e todos que se sentiram lesados pelo crime), através da admissão da responsabilidade por parte do ofensor. Os envolvidos na ofensa em um “procedimento de consenso [...] participam coletivamente e ativamente na construção de soluções para a cura das feridas, dos traumas e perdas causados pelo crime” (PINTO, 2005, p. 20). A Justiça Restaurativa busca valorizar as questões emocionais e sociais marginalizadas, diferentemente do processo penal atual. (PINTO, 2005, p. 22)

A mudança de paradigma (a nova lente) proposta por Zehr traz cinco princípios 1) focar nos danos e necessidades da vítima, e também da comunidade e ofensor, 2) tratar das obrigações advindas do crime, 3) utilização de processos inclusivos, 4) envolver todos com interesse na situação, e 5) a correção dos males (ZEHR, 2012, p.44-45), os processos técnicos se “baseia(m)-se em valores, procedimentos e resultados” (PINTO, 2005, p. 22).

Os procedimentos gerais expostos são – prezar o estabelecimento do diálogo entre as partes, o encontro vítima-ofensor, as conferências familiares e os círculos de construção de paz (ZEHR, 2012), além de outras práticas restaurativas como a mediação, ciclos de diálogos, dentre outros. Em todas essas práticas é necessária a presença de facilitadores ou mediadores, para facilitar e encaminhar o diálogo. O formato das práticas restaurativas é em círculo pois “a disposição das pessoas sempre em círculo abre espaços para ver e reconhecer a

humanidade do outro” (AMSTUTZ; MULLET, 2012, p.14). Segundo Pinto (2005) dos resultados obtidos é feito plano de restauração assinado pelas partes e homologada (ou não) no âmbito judicial, para o início do seu cumprimento. Para Vitto, os procedimentos da justiça restaurativa são “marcados pela flexibilidade, já que este deve ajustar-se à realidade das partes, e não forçá-las a adaptarem-se aos ditames rígidos, formais e complexos, caracterizadores do sistema tradicional de justiça” (VITTO, 2005, p.44).

A implantação da JR no sistema penal e nas comunidades escolares brasileiras podem se dar de formas diferentes. Exporemos algumas formas de se implementar/construir um sistema de JR. De acordo com a Organização Terre de hommes (2013) para que se implemente o sistema restaurativo exige pré-condições, essas pré-condições compõem o sistema restaurativo, necessário para a aplicação da JR nas diversas realidades. As pré-condições se resumem em cinco: divulgação das práticas restaurativas na comunidade, com todas as informações necessárias sobre elas; canais de acesso (onde, quando e com quem falar) para que a comunidade possa solicitar ou saber mais sobre o uso das práticas; um ambiente agradável fixo para realizar as práticas; facilitadores capacitados; abranger os líderes locais. E suas práticas restaurativas têm como base os valores de equidade, respeito, voluntariedade, responsabilidade dentre outros.

Parte importante da prática social, e também local de aprendizado, a comunidade escolar é um ambiente propício a conflitos que utilizam da violência. Observando algumas práticas voltadas para essa comunidade para compreender sua inserção neste meio, podemos analisar como é desenvolvida a JR como parte das técnicas de empoderamento, resolução e prevenção de conflitos, dentro da lógica da Cultura de Paz, observando suas adaptações.

Como exemplo de implementação, temos o caso de Porto Alegre bastante relevante no tocante a utilização da JR no Brasil. A implementação da JR no Juizado da Vara Regional da Infância e Juventude de Porto Alegre, segundo Deboni, Oliveira e Todeschini (2012) só foi possível pois existiu antes uma mudança no cenário judicial e uma discussão teórica (das medidas socioeducativas); foi essa a base para se instalar, em 2005 o Programa Justiça para o Século 21 (DEBONI; OLIVEIRA; TODESCHINI, 2012). O Programa Justiça para o Século 21 “objetivava divulgar e aplicar as práticas da Justiça Restaurativa na resolução de conflito em escolas, ONGs, comunidades e Sistema de Justiça da Infância e Juventude” (DEBONI; OLIVEIRA; TODESCHINI, 2012, p. 169-170) sua articulação e desenvolvimento (capacitando pessoas na JR) proporcionou a instituição da Central de Práticas Restaurativas com objetivo de “aplicar e promover a Justiça Restaurativa, por meio da realização de Procedimentos Restaurativos em todas as etapas dos feitos que envolvam adolescentes aos

quais se atribui a prática de atos infracionais, vítimas [...]”(DEBONI; OLIVEIRA; TODESCHINI, 2012, p. 170-171). Segundo as autoras a utilização dos procedimentos restaurativos causou um impacto positivo nas comunidades de Porto Alegre e são vistas como possibilidade de resposta ao problema da violência. Nas escolas foi realizadas pesquisas e capacitações nas escolas, com sensibilizações na quais participaram professores, alunos, pais e funcionários que responderam a um questionário (GROSSI, P. K. et, 2009). Os resultados desses processos foram positivos e, conforme depoimento: “ocorre um alongamento do olhar do educador, que passa a ver o aluno não mais como um 'aluno-problema', mas sim como uma pessoa com necessidades, desejos, carências e, ao mesmo tempo, com responsabilidades ao estabelecer um acordo em comum que atenda às necessidades de todos envolvidos” (GROSSI, P. K. et, 2009, p. 507).

Ao nível internacional podemos analisar a Comissão da Verdade e Reconciliação, uma das políticas mais marcantes do governo de Nelson Mandela, fundamentada na lógica e nos princípios da Justiça Restaurativa: “os objetivos da Comissão estavam centrados na unidade nacional e na reconciliação como oposição ao conflito e às divisões do passado” (PINTO, 2007, p.40). Mandela ansiava pela “unificação nacional, que ficou marcado pelo perdão e pela reconciliação, mas jamais pelo esquecimento da trágica história do apartheid” (BRAGA, p. 47). No seu governo, Mandela assumiu o compromisso com os “direitos humanos, a promoção da democracia, a valorização do direito internacional, a busca pela paz através de mecanismos não violentos [...]” (OTAVIO, p.37). A Justiça Restaurativa aqui utilizada foi uma política fundamental para que os “ânimos” fossem controlados e a situação deixada no pós apartheid garantiu a não geração novo conflito.

Nas Relações Internacionais (RIs), seguindo a corrente dos Estudos de Paz, podemos observar a temática da Reconciliação, opção explorada pelo intelectual Lederach (1997). De acordo com Lederach os conflitos contemporâneos (que são caracterizados por questões culturais, animosidade, medo, grupos internos rivais dentre outros) precisam de novas alternativas para sua resolução, ou melhor, transformação. Para Lederach, a Reconciliação seria essa alternativa. Contudo, o autor sugere que para pensar melhor a Reconciliação é necessário que pensemos fora da corrente tradicional da RIs. Supondo que, apesar de não ter esse aspecto por objetivo, uma das consequências dos processos da JR é reconciliação entre as partes, dessa forma consideramos que a JR viria a ser uma opção válida para se pensar, dentro das RIs, a lógica da Reconciliação trazida por Lederach.

3.2 Processo De Pacificação Social Em Moçambique E A Abordagem Da Justiça Restaurativa: Comparação

Tenta-se fazer aqui uma comparação acerca do processo de pacificação em Moçambique e a Justiça Restaurativa, bem como faremos uma breve análise e comparação à visão de Lederach de Reconciliação com o processo de reconciliação de Moçambique, mostrando suas semelhanças e diferenças. O processo de pacificação social em Moçambique, como citado anteriormente, repousa das negociações de 1990 aos mecanismos e processos de restabelecimento da sociedade moçambicana. Atreve-se aqui, definir e compará-los com a Justiça Restaurativa e a Reconciliação, proposta por Lederach. A Justiça Restaurativa, dentro das abordagens dos estudos de paz, ganha destaque como ferramenta para uso local no tratamento de conflitos e em situações pós-conflito de forma não violenta, contudo por ser flexível pode se adaptada e ser utilizada em diferentes realidades, como exemplos têm as Comissões da Verdade e Reconciliação (nível nacional) que tem seus princípios baseados na Justiça Restaurativa.

Ao atentarmos para o conceito da JR trazido por Zehr e pela ONU, ela pode envolver infindáveis processos – apesar de ter alguns definitivamente próprios da JR, citados anteriormente – pois deixa margem para identificarmos e assim consideramos como processos restaurativos, ainda pelo fato dela ser um processo adaptável; neste contexto pode se inserir o processo de pacificação em Moçambique como parte de um processo restaurativo, pois este procurou restaurar os indivíduos e as relações através de procedimentos que envolviam a todos de forma aos próprios encontrem as melhores possibilidades de lidar com o conflito ou o pós-conflito, – é necessário informar que apesar de uma forte presença externa nas negociações e processos de Moçambique no período pós-conflito, é interessante ressaltar que as decisões estavam nas “mãos” dos líderes moçambicanos. Mostra-se nestes apontamentos semelhança aos processos da JR.

Contudo, pode se dizer que difere quanto a um dos objetivos primários da JR, a reparação de danos sofridos pela(s) vítima(s), e o espaço para a(s) vítima(s) falarem sobre a ofensa e suas experiências, bem como todos os envolvidos. Pois no processo de pacificação em Moçambique, não houve políticas que atendessem as necessidades das vítimas advindas do conflito, bem como falar sobre estas experiências era inviável, pois além de não haver um espaço para as pessoas “desabafarem” era colocado que não falar sobre a guerra e suas atrocidades era o melhor, “esquecer” o passado doloroso pelo bem maior a paz.

Quando analisados os princípios da JR, observa-se um compartilhamento dos ideais

entre os valores da JR e o processo de pacificação de Moçambique. Os princípios fundamentais do processo em Moçambique resumem-se em “reconciliação e sustentabilidade da paz” (LUNDIN, 2014, p. 3), enquanto que a JR pauta-se por valores como a igualdade, respeito, tolerância, ambos os valores dos processos fazem parte da construção de uma cultura de paz.

Os procedimentos e mecanismos utilizados em Moçambique para a paz, aqui já referidos, foram as negociações por intermédio das igrejas, inicialmente, e que resultaram no Acordo Geral de Paz, essa primeira etapa se assemelha bastante aos modelos de círculos restaurativos e a mediação, contudo, e apesar de um processo da Justiça Restaurativa não se buscar culpar ou punir é passível de identificação ofensor (es) e vítima(s), para Moçambique sistematicamente não houve a identificação de culpados ou vítimas, devido a lei da anistia, uma das garantias exigida pela RENAMO nas negociações do acordo de 1992, contudo a própria população reconhece que ambos os movimentos são passíveis de culpa *“aquela era uma guerra que não dizia respeito ao povo – apenas ao governo e à Renamo – e para a qual o povo havia sido injustamente colocado no meio. Exausto, o povo apenas desejava o fim da guerra e a possibilidade de viver sem interferência dos beligerantes”* (CABRAL, 2006, 151-152). Ao fim podemos interpretar que vítimas foram a população moçambicana no geral.

Contudo, apesar de não ter havido políticas nacionais para a reparação de danos sofridos pelas vítimas, houve a chance de muitos ex-combatentes repararem seus danos a vítimas já mortas através dos rituais tribais com compensações como citado acima. Os rituais de purificação diferem bastante dos processos da Justiça Restaurativa em formato e busca, porém se assemelha ao promover o reconhecimento e responsabilização, mesmo que internamente, dos indivíduos em relação com seu passado, e por também promover a reintegração deles na sociedade. Ainda analisamos em outra perspectiva à reintegração que ocorreu em Moçambique de ex-combatentes, difere, pois pode-se colocar que a reintegração do ofensor, no caso da Justiça Restaurativa, vem em consonância com os resultados encontrados para solucionar tal conflito, podendo acontecer através do próprio processo de reparar os danos sofridos pela vítima(s) ou pelas soluções acordadas; enquanto que em Moçambique não partiu de uma preocupação em reparar danos e sim a própria reintegração como objetivo maior; os mecanismos para essa reintegração foram, conforme já citado anteriormente, diferentes.

Mas ainda assim, se seguirmos a lógica de Prudente, que difere de Zerh, o processo de pacificação de Moçambique também pode se encaixar dentro de alguns dos principais objetivos da JR – A Resolução do Conflito; a Prevenção de Conflitos; Inclusão Social; e a Paz

Social (PRUDENTE, 2010). Através dessa lógica podemos aproximar mais o processo de pacificação de Moçambique a Justiça Restaurativa.

A igreja, organizações de massa e organizações externas podem ser visto como facilitadores e mediadores, no entanto sabe-se que suas funções ou mesmo responsabilidades iam além de a de um facilitador de um processo de Justiça Restaurativa, pois a função de facilitador do círculo restaurativo (ou outro procedimento) é apenas facilitar o diálogo entre as partes e encaminhar o processo para as possíveis soluções, propostas pelos envolvidos na ofensa, a fim de criar um acordo consensual e voluntário entre as partes, a disposição dos lugares é em círculo e com uma quantidade máxima de até 20 a 25 pessoas; enquanto que as organizações envolvidas no processo de Moçambique adotaram responsabilidades que vão além de apenas a facilitação de um diálogo entre as partes, promovendo a discussão sobre determinados temas com seminários e oficinas, espaços de diálogo, podendo se caracterizar como um processo mais amplo que acomodou outras/mais finalidades.

A Justiça Restaurativa é colocada como uma ferramenta de empoderamento, ou seja, ela habilita/capacita os indivíduos, por meio da informação e diálogo, a resolver problemas de forma pacífica. Acredita-se que o processo de pacificação em Moçambique promoveu e criou a consciência que a paz é possível, e que o esforço para alcançá-la deve partir de cada para forma um todo. A consciência entre os moçambicanos, que resolver conflitos/problemas através da violência só gera mais violência é a parte sólida, pode ser algo da própria sociedade ou ter sido desenvolvido na pacificação pós-conflito, porém foi/é parte relevante e mostra o sucesso do processo de pacificação de Moçambique:

Eu esperava apelos de vingança, mas sobre isso nem uma palavra. “Isso não é a nossa maneira de resolver conflitos” foi o consenso durante um debate na TV. “Temos de estar claros que os ataques são inaceitáveis, mas não haverá vingança. Isso só leva a uma nova espiral de violência” E isso é a última coisa que os moçambicanos desejam. (BERGH, 2009, p. 127)

O processo de reconciliação de Moçambique difere em parte do proposto por Lederach. Para Lederach a reconciliação “significa” relacionamentos, relações, e essas são a peça chave para entender o sistema conflito, e mais ainda a reconciliação para o autor representa um lugar no qual, temas como perdão, união, justiça, e que tão importante quanto, o passado, presente e futuro se encontram com a finalidade de reconstruir relações e construir uma cultura de paz (LEDERACH, 2007, 61-61-64). Assim, citado anteriormente, o processo de reconciliação promove um espaço no qual as pessoas possam trabalhar e expor suas vivências, estabelecer um diálogo, que trabalhe/trate os sentimentos, angústias, adversidades, animosidades, experiências, e mais, o passado para poder construir um futuro, das

comunidades envolvidas no conflito, a fim que se construa uma relação sustentável superando, assim, o conflito. Mas no processo de reconciliação de Moçambique traz uma interação de dois processos o tradicional, um ritual que pouco se assemelha com a proposta trazida por Lederach; e o moderno, com práticas promovidas pelas igrejas e organizações externas e internas, que levavam uma educação cívica por todo o país promovendo um espaço no qual eram trabalhados temas como reconciliação, perdão, aceitação, neste temos uma aproximação com o conceito trazido por Lederach, contudo em Moçambique não ocorreu um trabalho forte com o passado, para os moçambicanos “o que passou, passou” deve se olhar para o futuro, na construção de um futuro com todos juntos.

3.3 Reflexões E Sugestões

O processo de pacificação de Moçambique identifica-se como um processo restaurativo, talvez possa ser pensado dentro dos princípios e objetivos que a Justiça restaurativa traz, ou pela própria definição da palavra restauração⁵³ - de reconstrução e restabelecimento –, contudo a relação aqui feita remete a Justiça Restaurativa trazida por Howard Zehr, ou seja, seus processos/procedimentos específicos – como o encontro vítima-ofensor, as conferências familiares e os círculos de construção de paz (ZEHR, 2012) –, próprios dela; bem como pela presença de facilitadores, a disposição dos lugares em círculo, o reconhecimento de vítimas e ofensores, o tratamento das consequências do conflito, do conflito e suas raízes, os procedimentos que procuram tratar a violência estrutural e cultural que resultou naquela violência direta/ofensa. Porém por comparação da Justiça Restaurativa e o processo de pacificação de Moçambique podem-se considerar processos que “bebem” dos preceitos gerais e entendimentos de uma cultura de paz, o que resulta em semelhanças. Sendo assim, semelhanças e diferenças são perceptíveis, contudo são processos distintos cada qual com suas particularidades.

A Justiça Restaurativa é muito utilizada no sistema judiciário de países, incluído o Brasil, há também o uso em escolas e através de ONGs. As atividades das JR têm caráter local, mas podem sofrer adaptações dependendo da realidade a ser inserida. Com isso uma das propostas de como pensaríamos a Justiça Restaurativa dentre de uma realidade pós-conflito como a de Moçambique, sem ser pelas Comissões da Verdade e Reconciliação, seria sua aplicação a nível local. Como citado anteriormente, ONG Terre des Hommes coloca algumas

⁵³ Definição da palavra Restauração: “*sf (lat restauratione)* 1 Ato ou efeito de restaurar. 2 Reconstrução, restabelecimento. 3 Concerto, reparação. [...]” (Dicionário Michaelis, 2009)

predisposições necessárias para instaurar um núcleo de JR. Desta forma pensar a JR dentro de um cenário pós-conflito, como o caso de Moçambique, poderia ser como um processo complementar aos rituais tribais, e até mesmo nos projetos de educação cívica e seminários desenvolvidos pelas organizações, com pequenas reuniões com pessoas que gostariam de falar sobre suas vivências, experiências – um círculo restaurativo pode acontecer apenas com a presença da(s) vítima(s) também –, podendo servir como um espaço no qual, aquele passado doloroso que não se ousa falar, possa ser trabalhado, mas sem alimentar sentimentos de vingança, punição ou o julgamento.

Uma das inferências advindas da interpretação do histórico do conflito e da pacificação de Moçambique é que é perceptível que o conflito repousa sobre a defesa de ideais opostos defendidos por dois grupos que têm, ainda hoje, deveras relevância no cenário político e social moçambicano. Contudo, e apesar, do processo de pacificação social ter alcançado e perpassado todos os níveis sociais, é possível fazer uma compreensão na qual identifica que o “jogo de poder” entre os dois partidos – FRELIMO e RENAMO – não foi trabalhado a ponto de haver uma mudança nas suas mentalidades de competição para a cooperação. O sistema multipartidário pode ter ajudado a criar e nutrir uma estrutura competitiva entre os partidos, ao invés de cooperativa, mesmo que questões ideológicas não sejam mais tão relevantes, sendo a polarização política um aspecto preocupante para Moçambique:

The polarisation of political life remains a major concern for society, even if not related to ideology any more but rather to social and economic injustices: the outspread poverty at the side of a display of wealth by the members of the politic elite, with connections to corruption and, to a certain extent, to crime. (LUNDIN, 2011, p. 27)⁵⁴

Pois das motivações colocadas por ambos os movimentos que faziam referência às questões ideológicas, e sofria influência direta do momento vivido (Guerra Fria), entretanto, atualmente Moçambique sofre com problemas, como a fome, pobreza e a crescente desigualdade social. Se nos atemos a este último problema, que perpassa por outras questões, e ligando o ao fato da significativa perda de apoio que a RENAMO vem sofrendo, podemos fazer uma reflexão acerca da “competição por poder”, podendo assim pensar sobre o descontentamento por esta desigualdade que “quem mais têm sempre vai conseguir mais”, que é representada pela elite política no poder, e a perda de apoio da RENAMO, dificultando

⁵⁴A polarização da vida política continua a ser uma grande preocupação para a sociedade, mesmo que não relacionadas com a ideologia mais, mas sim para as injustiças sociais e económicas: a pobreza extensa ao lado de uma exibição de riqueza pelos membros da elite política, com conexões para corrupção e, em certa medida, para o crime. (LUNDIN, 2011, p. 27, tradução nossa)

sua chegada ao poder, considera-se que o momento de instabilidade e ameaças de um novo conflito armado, podem estar sendo nutridos por estes, mas também outros motivos. A construção da paz em Moçambique teve resultados positivos, mas a paz é um ideal no qual a luta para alcançá-lo sempre existirá, desafios apareceram, mas quanto a Moçambique um grande passo foi dado, à vontade e esforço para alcançá-la é apreciável, a mudança ou reafirmação de que problemas e dificuldades podem e devem ser enfrentados por meios não violentos, favorecem e sustentam um processo de construção da paz duradoura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisamos conceitos que acreditamos serem pertinentes para este estudo comparativo, contribuindo para pensar os processos de construção da paz em uma sociedade pós-conflito. Inicialmente, tentou-se fazer um apanhado teórico fazendo uma explanação sobre os temas da Cultura de Paz, da Localidade como centro nos processos de construção de paz, perpassando pela estratégia do Peacebuilding From Below, da Reconciliação por Lederach e por fim a abordagem da Justiça Restaurativa. Em seguida buscamos trazer uma visão geral sobre o conflito armado e posterior pós-conflito com o processo de pacificação em Moçambique, para a realização da comparação deste processo com a Justiça Restaurativa, objetivo geral desta pesquisa.

No debate teórico inicial, fizemos algumas considerações sobre a Cultura de Paz. A Cultura de Paz é um ideal que vem em contraposição à cultura da guerra, visando o tratamento do conflito de forma não violenta. Utiliza-se de práticas e estratégias que promovam a paz. A educação e a cultura são mecanismos essenciais para a construção de uma Cultura de Paz de acordo com a UNESCO, e que, segundo Riveira, fazem parte das oito bases essenciais para esta construção. Buscou-se trazer a Localidade, esta que teve sua importância recentemente considerada na literatura da construção da paz, como parte central desse processo. A perspectiva trazida por esta visão é a da construção da paz a partir de baixo, ou seja, envolver tanto quanto possível uma atuação que preze a combinação entre o local e o internacional, priorizando uma abordagem de baixo para cima, supondo-se ser o ideal para a constituição de uma paz sustentável e duradoura. Esta está em consonância com a estratégia do Peacebuilding From Below, cujo o seu entendimento acredita que as práticas de “baixo para cima” dão melhor estruturação para a paz nas comunidades pós-conflito. Na sequência temos a Reconciliação como alternativa para a construção da paz e reconciliação entre as sociedades divididas. Para Lederach boa parte dos conflitos contemporâneos são nutridos por questões internas como religião, questões étnicas, dentre outras que nutrem animosidades entre povos. Sendo assim, a estratégia proposta pelo autor repousa em um esquema que estabelecerá um processo de reconciliação entre elas nos mostrando a necessidade de se analisar e visualizar o conflito de forma abrangente, contemplando todos os níveis, categorias, etapas, processos e dinâmicas, sob as diversas perspectivas, na tentativa de dar uma resposta as questões. E Por fim, tão essencial quanto os demais para nosso debate teórico, trouxemos a Justiça Restaurativa. A JR traz uma perspectiva restauradora para a resolução de conflitos de

forma pacífica e humanizada, promovendo a construção de uma Cultura de Paz baseada em princípios, valores e procedimentos, é um processo voluntário que dá a possibilidade dos envolvidos na ofensa encontrarem soluções próprias para este.

Em uma segunda parte temos a exposição do conflito e o processo de pacificação social de Moçambique. Considerado um processo de pacificação social pós-conflito de sucesso, o caso de Moçambique desenvolveu programas de atuação e incentivo externo e interno que foram essenciais para a restauração da sociedade moçambicana. Trouxemos também a importância das lógicas próprias tradicionais de Moçambique, os rituais de purificação tribais, que foram fundamentais na reintegração de muitos dos envolvidos na guerra civil. Em seguida tentamos fazer uma comparação entre a Justiça Restaurativa e o processo de Pacificação de Moçambique levantando as principais diferenças e semelhança entre os processos.

Essa comparação contribuiu para compreendermos como as práticas da Justiça Restaurativa poderiam ser inseridas em processos de construção de paz no pós-conflito. Bem como ampliação de sua compreensão sobre a temática reconciliatória, pois na medida em que por não ter por objetivo e sim como consequência do processo, a reconciliação entre as partes. A Justiça Restaurativa poderia ser utilizada em complemento a outras dinâmicas em consonância/paralelo que trabalhem com estas temáticas.

Os rituais tribais que foram devesas importantes para o processo de construção de paz de Moçambique, serviram para a reintegração, reestabelecimento, reabilitação e reconciliação, contudo é interessante ressaltar que estes só foram eficientes devido a forte crença dos moçambicanos neles. No entanto, nos mostra a importância de trabalhar com a cultura local e seus mecanismos tradicionais de resolução de conflito.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Pilar; RETAMAL, Gonzalo. **Rapid Educational Response Incomplex Emergencies: A Discussion Document**. Bellegarde: SADAG. 1998.

_____.AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. **Considerações Sobre A Violência Pela Ótica De Johan Galtung: Alguns Aspectos Do Terrorismo E O Advento Da Intolerância**.

ANASARIAS, Ernesto; BERLINER, Peter. **Human Rights and Peacebuilding**. In: **RIVERA, Joseph de. Handbook on Building Cultures of Peace**. Springer, New York. 2009

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman; MULLET, Judy H.. **Disciplina restaurativa para escolas: responsabilidade e ambientes de cuidado mútuo**. São Paulo: Palas Athena, 1ed., 2012.

BERGH, Lucia Van Den. **Porque a paz prevaleceu? Moçambicanos respondem**. AWEPA. 2009

Boletim da República (1992) Lei 13/92, de 14 de Outubro, Aprova o Acordo Geral de Paz. I Série, Número 42. Publicação Oficial da República de Moçambique: Maputo.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **África do Sul: ocupação e apartheid**. Disponível em<<http://5c912a4babb9d3d7cce16e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/Caderno18Africa.pdf>>Acesso em: 20/Fev/2015.

BUENO, Natália da Costa Pereira. **Reconciliação em Moçambique: as Memórias pelas lentes da Amnistia**. 2015

CABRAL, Ilundi. **Digerir o passado: rituais de purificação e reintegração social de crianças-soldado no sul de Moçambique**. Antropologia Portuguesa 22/23, 2005/2006: 133-15

CARBONE, Giovanni M. **Emerging pluralista politics in Mozambique: the FRELIMO-RENAMO party system**. 2003.

CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Maputo, Iese, 2008.

DEBONI, Vera Lúcia; OLIVEIRA, Fabiana Nascimento de; TODESCHINI, Tânia Benedetto. **Justiça Restaurativa na prática: uma experiência da Central de Práticas Restaurativas do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre/RS**. In: Diálogo, mediação e práticas restaurativas: cultura de paz/organizadores: Marcelo Pelizzoli, Sandro Sayão-Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DIAS, Daniel Baliza; MARTINS, Fabio Antônio. **Justiça Restaurativa: os modelos e as práticas**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2939, 19 jul. 2011.

Dicionário de Português Online: Significado de "restauração". Editora Melhoramentos Ltda. 2009. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=restaura%E7%E3o>>. Acesso em: 15 de maio.

DW África/Correspondente/LUSA. **Momentos de instabilidade política em Moçambique - uma cronologia.** 2014. Disponível em <<http://www.dw.com/pt/momentos-de-instabilidade-pol%C3%Aadtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>>. Acesso em: 17 de maio

DW África / Johannes Beck. **Cronologia do conflito entre a RENAMO e o Governo de Moçambique.** 2016. Disponível em <<http://www.dw.com/pt/cronologia-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-governo-de-mo%C3%A7ambique/a-19105846>>. Acesso em: 17 de maio

GALTUNG, Johan. **O que é uma Cultura de Paz e quais os obstáculos que nos separam dela?** São Pedro: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz. 2003. Disponível em <<http://www.comitepaz.org.br/download/O%20que%20%C3%A9%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20Galtung.pdf>>. Acesso em: 20/abril/2016

GALTUNG, Johan. **Violencia, guerra y su impacto: sobre los efectos visibles de la violência.** Poylog, 2004. (Traducción del inglés por María Anabel Cañón)

GERECHT, Elise Antunes. **As Múltiplas Faces Da Colonialidade: Um Estudo Sobre A Participação Das Instituições Católicas No Processo De Paz De Moçambique.** 2015

GINTY, Roger Mac. Where is the local? Critical localism and peacebuilding. **Third World Quarterly**, vol. 36, n.5, 2015, pp. 840-856.

GINTY, Roger Mac. **When the local meets the international: from resilience to global governance.** Global Trends, 2015.

GROSSI, Patrícia Krieger; SANTOS, Andréia Mendes dos; OLIVEIRA, Simone Barros de; FABIS, Camila da Silva. **Implementando Práticas Restaurativas Nas Escolas Brasileiras Como Estratégia Para A Construção De Uma Cultura De Paz.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 28, set./dez. 2009.

GOLDRING, Natalie J.. **International Security.** In: RIVERA, Joseph de. Handbook on Building Cultures of Peace. Springer, New York. 2009

IDA. **Moçambique: Da Recuperação de Pós conflito ao Crescimento Elevado.** 2007

KISIELEWSKI, Michael; LEDOUX, Timothy F.. **Democratic Participation.** In: RIVERA, Joseph de. Handbook on Building Cultures of Peace. Springer, New York. 2009

LEÃO, Ana. Chap1. Iniciativas De Desarmamento Em Moçambique.

LEDERACH, John Paul. **Building Peace: sustainable reconciliation in divided societies**. Washington DC, 1997.

LEDERACH, John Paul. **Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies**. Segunda edição: 2007. (Tradução del inglés: Marta González Moína y Lourdes Paños)

LEONARDSSON, Hanna; RUDD, Gustav. The ‘local turn’ in peacebuilding: a literature review of effective and emancipatory local peacebuilding. **Third World Quarterly**, vol. 36, n.5, 2015, pp. 825-839.

LOEWENBERG, Shira. **Open Communication**. In: RIVERA, Joseph de. Handbook on Building Cultures of Peace. Springer, New York. 2009

LITURE, Alfredo. **Cronologia 16 anos de guerra e 20 anos de paz em Moçambique**. 2012. Disponível em <<http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1273387.html>>. Acesso em: 17 de maio.

LUNDIN, Iraê Baptista. **The Peace Process and the Construction of Reconciliation Post Conflict–The Experience of Mozambique**. 2004

LUNDIN, Iraê Baptista. **The Process of Peace Building in Conflict Affected Societies-The Case of Mozambique**. 2011

LUNDIN, Iraê Baptista. **Mozambique-Do Acordo De Roma Ao Acordo De Maputo-O fim de um conflito que não devia ter começado**. 2012

MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Decentralisation and local governance in Mozambique: the challenges of promoting bottomup dynamics from the top down**. 2016. p. 103-123

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Abrindo espaços: educação e cultura para a paz**. 3.ed. – Brasília : UNESCO, 2004

OTAVIO, Anselmo. **A África do Sul pós-apartheid: a inserção continental como prioridade da nova geopolítica mundial**. 2013.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil**. In: Slakmon, C., R. De Vitto, e R. Gomes Pinto, org., 2005. *Justiça Restaurativa* (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

PINTO, Simone Martins Rodrigues. **Justiça Transacional na África do Sul: Restaurando o Passado, Construindo o Futuro**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 393-421, jul./dez. 2007.

Princípios Básicos Para Utilização De Programas De Justiça Restaurativa Em Matéria Criminal(Resolução 2002/12). Tradução livre por Renato Socrates Gomes Pinto. *Justiça* 21. Disponível

em:<<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0#.VftswPIViko>> Acesso: 17 setembro 2015

PRUDENTE, Neemias Moretti. **Para Uma Cultura De Paz: Direitos Humanos e justiça Restaurativa**. In. Cultura de Paz: restauração e direitos/ [organizador] Marcelo Pelizzoli. -[Recife: Ed. Universitária da UFPE], 2010.

PUREZA, José Manuel; SIMÕES, Mónica Rafael; JOSÉ, André Cristiano; MARCELINO, Carla. **As novas operações de paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, timor leste e Moçambique**. OFICINA DO CES. 2007

RAMSBOTHAM, O.; WOODHOUSE, T.; MIAL, H. **Contemporary Conflict Resolution**. 3a ed. Cambridge: Polity Press, 2011.

RIVERA, Joseph de. **Handbook on Building Cultures of Peace**. Springer, New York. 2009

SALOMON, Gavriel. **Peace Education: Its Nature, Nurture and the Challenges It Faces**. In: RIVERA, Joseph de. Handbook on Building Cultures of Peace. Springer, New York. 2009

SPRING, Úrsula Oswald. **Sustainable Development**. In: RIVERA, Joseph de. Handbook on Building Cultures of Peace. Springer, New York. 2009

STEPHENSON, Carolyn M.. **Gender Equality and a Culture of Peace**. In: RIVERA, Joseph de. Handbook on Building Cultures of Peace. Springer, New York. 2009

TERRE DES HOMMES. **Prevenindo a violência e promovendo a justiça juvenil restaurativa: justiça juvenil restaurativa e práticas de resolução positiva de conflitos**. -Fortaleza: Terre des hommes, 2013. 86p. : il.

UNESCO. **Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo**. – Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. 256 p

VITTO, Renato Campos Pinto de. **Justiça Criminal, Justiça Restaurativa e Direitos Humanos**. In. Slakmon, C., R. De Vitto, e R. Gomes Pinto, org., 2005. Justiça Restaurativa (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)

VOLLHARDT, Johanna K.; MIGACHEVA, Katya; TROPP, Linda R.. **Social Cohesion and Tolerance for Group Difference**. In: RIVERA, Joseph de. Handbook on Building Cultures of Peace. Springer, New York. 2009

ZEHR, Howard. **Trocando lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo; Palas Athena, ed. 1, 2008.

ZEHR, Howard, **Justiça Restaurativa**. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo; Palas Athena, ed. 1, 2012.